



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA HORTÊNSIAS
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

JUSSARA IRASSOCHIO PADILHA

**OS PARQUINHOS NATURALIZADOS COMO ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL: O PERTENCIMENTO COMO EIXO DA RELAÇÃO
CRIANÇAS-NATUREZA-COMUNIDADE**

SÃO FRANCISCO DE PAULA

2022

JUSSARA IRASSOCHIO PADILHA

**OS PARQUINHOS NATURALIZADOS COMO ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL: O PERTENCIMENTO COMO EIXO DA RELAÇÃO
CRIANÇAS-NATUREZA-COMUNIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência parcial para
conclusão do curso Licenciatura em
Pedagogia da Universidade Estadual do
Rio Grande do Sul

Orientadora: Profa. Dra. Rosemarie
Reinehr

SÃO FRANCISCO DE PAULA

2022

Catálogo de publicação na fonte (CIP)

P123p Padilha, Jussara Irassochio

Parquinhos naturalizados como estratégia de educação ambiental: o pertencimento como eixo da relação crianças-natureza-comunidade, Os / Jussara Irassochio Padilha. – São Francisco de Paula, 2022.

77 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, Unidade Hortênsias, 2022.

Orientadora: Prof.ª Dra. Rosemarie Reinehr

1. Currículo e Formação Docente. 2. Educação Ambiental e Políticas Públicas. 3. Pertencimento. 4. Trabalho de Conclusão de Curso. I. Reinehr, Rosemarie. II. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, Unidade Hortênsias, 2022. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Marcelo Bresolin CRB 10/2136

JUSSARA IRASSOCHIO PADILHA

**OS PARQUINHOS NATURALIZADOS COMO ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL: O PERTENCIMENTO COMO EIXO DA RELAÇÃO
CRIANÇAS-NATUREZA-COMUNIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência parcial para
conclusão do curso Licenciatura em
Pedagogia da Universidade Estadual do
Rio Grande do Sul para obtenção do grau
de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovado em/...../2022

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a.Dr^a. Rosemarie Reinehr- Uergs

Prof. Me. Daniel Brinckmann Teixeira – Uergs

Prof^a. Me. Daniela Vieira Costa Menezes

Prof^a. Linara Brocker

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me concedido saúde, e perseverança para concluir o curso de licenciatura em pedagogia.

Agradeço também de todo o coração a paciência, dedicação, e apoio do meu esposo Carlos Padilha e minha filha Giovana Irassochio Padilha que sempre estiveram prontas para dar sugestões, e fazer as críticas necessárias para melhorar meus estudos, e que sempre me fizeram acreditar que o melhor está sempre para acontecer.

Agradeço a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul pela oportunidade de ampliar meus conhecimentos e fazer um curso de qualidade. Agradeço a todo o corpo docente, funcionários, direção e administração que estão comprometidos com o ensino público superior gratuito, baseado na ética, democracia e respeito as diversidades.

Agradeço a Rede Araucárias de Educação Ambiental que me auxiliou com dados e fontes de informação para esta pesquisa. Um agradecimento especial e carinhoso a Profa. Dra. Rosmarie Reinehr pela orientação, apoio, confiança e suporte em todas as fases do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC).

Também quero agradecer de forma muito especial a equipe de voluntários que acreditaram no meu projeto e desta forma fizeram acontecer tirando a ideia do papel e colocando na prática. Ênio Joel Trentin Pedroso, Osmar Moraes, Carlos Padilha, Edmilson Duarte Almeida, Prof. Daniel Brinckmann Teixeira, Fábio Marcelo Engers, Júlio Stelmach, Emerson Pereira de Mello, Bryam Gabriel Pereira Velasques, Alissom Pereira dos Santos, Pedro Matias dos Santos. Agradeço a diretora Priscila L. Amaral e a coordenadora pedagógica Angélica Teixeira de M. Raupp, da Escola Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora do Rosário, pela acolhida, pela disponibilidade em me atender sempre desde o início do projeto até a implantação. Aos colegas e amigos que fiz aqui na universidade, nestes últimos anos.

Enfim, obrigado a tudo e a todos, que colaboraram durante esses anos para a minha formação acadêmica e que de alguma forma contribuíram para a concretização deste trabalho, que será de extrema importância para a minha formação acadêmica e profissional.

Os meus sinceros agradecimentos, obrigada!

“As árvores são nosso pulmão, os rios nosso sangue, o ar é nossa respiração, e a Terra, nosso corpo.”

Deepak Chopra (médico e escritor indiano)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia, apresenta como tema: Os parquinhos naturalizados como estratégia de educação ambiental: pertencimento como eixo da relação Crianças-natureza-comunidade. Esta pesquisa foi realizada no âmbito da Rede Araucárias de Educação Ambiental. Existe uma necessidade urgente de entender a educação ambiental como um processo necessário a todos os grupos sociais de diversas faixas etárias, para reconectar o homem à natureza e especialmente buscar um sentido de vida mais amplo, para os meninos e meninas atendidos diariamente em creches e pré-escolas. Um olhar atento para nossos espaços escolares, nos permite perceber claramente que nas creches e pré-escolas o convívio no pátio é raro e por pouco tempo para brincadeiras ao ar livre. Especialmente na educação infantil, os espaços são limitantes para brincadeiras ao ar livre, sentir o sol, ter a liberdade de estar em contato com a natureza. Para abordar o tema, a pesquisa investigou conceitos como o movimento desemparedamento que é deixar a criança ser criança. Abordamos também as relações de pertencimento. Como objetivo geral: Identificar as contribuições de uma prática experiencial em relação à integralização do currículo escolar, à formação docente e para a formulação de projetos e políticas de Educação Ambiental a partir da implementação de um Parquinho Naturalizado na comunidade escolar da EMEI Nossa Senhora do Rosário em São Francisco de Paula. Os objetivos específicos: a) Analisar as relações de pertencimento e apropriação do ambiente em relação às práticas e políticas ambientais, pela comunidade escolar envolvida na proposta de pesquisa-ação; b) Identificar como os direitos das crianças à natureza e sua relação com o currículo escolar são explicitados pelos os participantes da pesquisa; c) Inferir proposições decorrentes da experiência para a o currículo, formação docente e formulação de programas e/ou políticas de educação ambiental. O referencial teórico apresenta o tema sob quatro aspectos: 1-O direito das crianças à natureza e aos espaços livres. 2- Parques Públicos e Privados. 3- Os espaços livres e sistemas de educação experiencial. 4- Desemparedamento e currículo. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica e pesquisa-ação (Fases Exploratória; Planejamento; Ação/ Implementação; Avaliação). A pesquisa resultou na construção de um Parquinho Naturalizado na escola. Nos resultados de rodas de conversas e questionários aplicados aos professores, cuidadores, equipe diretiva e voluntários, obtivemos através de análise de dados por planilhamento que o parquinho naturalizado contribui para o desemparedamento e despertou o sentido de pertencimento, além de explicitar a importância de auxiliar na concretização do currículo e formação docente. Nas considerações finais destaca-se que o Parquinho Naturalizado ressignificou o pátio da escola gerando reflexões para entender a educação ambiental como parte fundamental da educação geral. O parquinho é uma ferramenta de mediação que ao mesmo tempo em que reconecta as crianças, os docentes, a comunidade e a natureza, em um movimento que transpõe as paredes escolares, demonstra que o cotidiano da escola é o lugar onde a política pública se realiza.

Palavras-chave: Pertencimento. Parquinhos Naturalizados e Educação Infantil. Currículo e Formação Docente. Educação Ambiental e Políticas Públicas.

ABSTRACT

This Completion Work of the Degree in Pedagogy brings the theme: The naturalized playgrounds as an environmental education strategy: belonging as an axis of the Children-nature-community relationship. This research was carried out within the scope of the Araucárias Network of Environmental Education. There is an urgent need to understand environmental education as a necessary process for all social groups of different age groups, to reconnect man to nature and especially to seek a broader meaning of life, for boys and girls attended daily in day care centers and preschools. -schools. A look at our school spaces allows us to realize that in day care centers and preschools, socializing in the courtyard is rare and for a short time for outdoor games. In early childhood education, spaces are limiting for outdoor play, feeling the sun, having the freedom to be in contact with nature. The research investigated concepts such as the disembarrassment movement that is letting the child be a child. We also address the relationships of belonging. General objective: To identify the contributions of an experiential practice in relation to the integration of the school curriculum, teacher training and the formulation of Environmental Education projects and policies from the implementation of a Naturalized Playground in the school community of EMEI Nossa Senhora do Rosário in San Francisco de Paula. The specific objectives: a) To analyze the relationships of belonging and appropriation of the environment in relation to environmental practices and policies, by the school community involved in the action research proposal; b) Identify how children's rights to nature and their relationship with the school curriculum are explained by the research participants; c) Infer propositions arising from experience for the curriculum, teacher training and formulation of environmental education programs and/or policies. The theoretical framework presents the theme under four aspects: 1-Children's right to nature and open spaces. 2- Public and Private Parks. 3- Open spaces and experiential education systems. 4-Unpairing and curriculum. The methodology used was bibliographic research and action research (Exploratory Phases; Planning; Action/Implementation; Evaluation). The research resulted in the construction of a Naturalized Playground at the school. In the conversations and questionnaires applied to teachers, caregivers, management team and volunteers, we obtained through data analysis by spreadsheet that the playground contributes to the separation and the sense of belonging, in addition to helping to implement the curriculum and teacher training. In the final considerations, it is highlighted that the Parquinho Naturalized re-signified the schoolyard, generating reflections to understand environmental education as a fundamental part of general education. The playground is a mediation tool that, at the same time that it reconnects children, teachers, the community and nature, in a movement that goes beyond school walls, demonstrates that the daily life of the school is the place where public policy takes place.

Keywords: Belonging. Naturalized Playgrounds and Early Childhood Education. Curriculum and Teacher Training. Environmental Education and Public Policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fogo de Conselho Escoteiro, reflexão e diversão em atmosfera lúdica....	15
Figura 2 - Pracinha da EMEI Nossa Senhora do Rosário- SFP	24
Figura 3 - Pracinhas públicos na sede do Município-SFP	35
Figura 4 - Pracinhas em escola da sede do Município -SFP	36
Figura 5 - Escolha dos troncos de árvores	39
Figura 6 - Vistoria dos espaços e definição do design	39
Figura 7 - Corte e Transporte da madeira	42
Figura 8 - Preparação do local para implantar o parquinho	42
Figura 9 - Montagem do Parquinho Naturalizado.....	43
Figura 10 - Revitalização do canteiro de flores.	43
Figura 11 - Sembilização sobre arborização e plantio de mudas.....	44
Figura 12 - Roda de conversa de avaliação com professores, crianças e voluntários.....	46
Figura 13 - Entrega do parquinho.....	47
Figura 14 - Brinquedos construídos	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Os cinco Campos de Experiência da Educação Infantil-BNCC.....	20
Quadro 2 - Fase Exploratória	33
Quadro 3 - Fase de planejamento.....	37
Quadro 4 - Fase de ação	40
Quadro 5 - Fase de avaliação	44
Quadro 6 - Campos de experiência da Educação Infantil	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CF	Constituição Federal
CME	Conselho Municipal de Educação
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil.
EI	Educação Infantil
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PIB	Produto Interno Bruto
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PPGAS	Programa de Pós-Graduação de Ambiente e Sustentabilidade
PROPPG	Pró –Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
SBP	Sociedade Brasileira de Pediatria
UEB	União dos Escoteiros do Brasil.
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UNICEF	United Nations International Children's Emergency Fund

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1	O DIREITO DAS CRIANÇAS À NATUREZA E AO ESPAÇOS LIVRES.....	19
2.1.1	Parques Públicos e Privados.....	22
2.2	OS ESPAÇOS LIVRES E SISTEMAS DE EDUCAÇÃO EXPERIENCIAL	25
2.2.1	Desemparedamento e Currículo.....	27
3	CONTEXTUALIZAÇÃO DO LOCAL DE PESQUISA.....	31
3.1	AS ETAPAS/FASES DA PESQUISA-AÇÃO.....	32
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	33
4.1	FASE EXPLORATÓRIA.....	33
4.2	FASE DE PLANEJAMENTO.....	37
4.3	FASE DE AÇÃO	40
4.4	FASE DE AVALIAÇÃO	44
5	DISCUSSÕES E ANÁLISES DOS RESULTADOS	49
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
	REFERÊNCIAS.....	61
	APÊNDICES	65
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	65
	APÊNDICE B - CONCEITO DE PARQUES NATURALIZADOS E PLAGROUNDS NATURALIZADOS	68
	APÊNDICE C - AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA	74
	APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE IMAGEM	75
	APÊNDICE E - QUESTIONÁRIOS	76

1 INTRODUÇÃO

Existe uma necessidade urgente de entender a educação ambiental como um processo necessário a todos os grupos sociais de diversas faixas etárias, para reconectar o homem à natureza, buscando o entendimento de que a sustentabilidade do planeta depende de todos e que as formas como as relações dos sistemas culturais e os sistemas naturais estão ameaçando a existência da vida no planeta terra exigem transformar com urgência nosso jeito de pensar, agir e sentir e especialmente buscar um sentido de vida mais amplo, como coloca Tiriba (2010) para os meninos e meninas atendidos diariamente em creches e pré-escolas.

Na maior parte do tempo as crianças estão presas em casa ou na escola, apenas olhando a vida passar pela janela. Quando o espaço do brincar não permite uma interação com elementos naturais não temos uma experiência integradora. As crianças precisam de ambientes mais iluminados pelo sol, arejados e seguros, mas que também permitam contato com a água, pedras, folhas e galhos de árvores, madeiras, plantas, grama de verdade e terra para brincar, criar, sonhar e inventar suas histórias, permitindo uma construção do sentido da vida entre a sociedade, cultura e natureza (TIRIBA, 2010).

Aceitar que é saudável a criança pisar no chão sem calçado, rolar na grama, brincar com água, com o barro, e que tudo isto se constitui num processo de grandes benefícios para a criança e também gerando aprendizagem para todos que estão a seu redor, observando, conduzindo e interagindo com ela é também um direito de aprender. Brincando ao ar livre, sentir o sol, ter a liberdade de estar em contato com a natureza, com os amigos, sentir-se amada e apoiada pela família e escola e assim poder criar, imaginar, cantar... Desemparedar é deixar a criança ser criança. Ao professor e à família cabe ser facilitadores das interações das crianças com a natureza pois no momento que elas retornam as suas origens naturais elas saberão interagir, com o corpo, mente e coração.

Vivenciamos como família esta experiência junto ao Movimento Escoteiro como Chefe Escotista, no município de São Francisco de Paula durante 7 (sete) anos onde [...] “Estimulamos em cada um e cada uma o trabalho pela paz, a convivência harmônica com a natureza, contribuindo com sua preservação e integridade, e atuando responsabilmente em favor do desenvolvimento sustentável” (UEB, 2021). O movimento Escoteiro busca desenvolver nos jovens o gosto pelo

mundo natural e o compromisso político e social com a integridade do meio ambiente. Privilegiando a vida na natureza como janela para o surpreendente, oportunidade para reflexão espiritual, valorização dos ritmos naturais e prazer em desfrutar dos espaços preservados (UEB, 2021).

Esta experiência no escotismo comprova que a vida ao ar livre em contato com a natureza facilita a socialização e a interação com a comunidade. O Método Escoteiro (Educação não formal) privilegia experiências vividas junto a natureza com aprendizados significativos e seus grupos escoteiros acreditam no mesmo ideal “deixar crianças e adultos melhores para o mundo”, com valores bem definidos em relação a vida e o ambiente, onde colegas e amigos brincam e aprendem a preservar a natureza. Neste sentido, os passeios, trilhas, acampamentos e o fogo de conselho¹ (O Fogo de Conselho é um evento realizado geralmente na última noite dos acampamentos escoteiros. É um momento lúdico de confraternização em volta de uma fogueira onde as conversas, canções, histórias e risadas promovem união e diversão entre o grupo. Fig. 1) propiciam a oportunidade de vivenciar e aprender na prática, vivenciando as dificuldades, desafios e encantamentos com a natureza, que se renova a cada dia e nos presenteia com novidades e surpresas. O contato das crianças com o ar puro, canto dos pássaros, córregos de água fresca, nascentes, cachoeiras, animais silvestres, frutas silvestres e toda a beleza natural da vegetação e diversidade tanto dos elementos naturais, quanto da diversidade de pensamentos e atitudes de cada um do grupo reforçando, a socialização e o respeito mútuo. Segundo Baden Powell, criador do Movimento do Escotismo Mundial, o escotismo é um alegre jogo ao ar livre, onde adultos de espírito jovial e jovens aventuram-se juntos, como irmãos, velhos e moços, em busca de saúde, felicidade, destreza e desprendimento (POWELL, 2011).

¹ Foto do fogo

Figura 1 - Fogo de Conselho Escoteiro, reflexão e diversão em atmosfera lúdica



Fonte: autora (2017).

O reconhecimento de que o Escotismo também trabalha pelo “desemparedamento” das crianças e adultos reforçaram meu interesse em explorar academicamente esta temática, pois reconhecemos assim como Tiriba (2010, p. 9 *apud* Soares) [...] “as crianças não são prisioneiras, nasceram para o mundo”. Além de se constituírem como espaços de brincar livremente e relaxar, esses lugares podem também ser explorados como ambiente de ouvir histórias, desenhar e pintar, espaços de aprendizagem, em que se trabalha uma diversidade de conhecimentos.

Richard Louv, no livro “A última criança na natureza” comenta e explica a necessidade das crianças terem mais liberdade [...] “às crianças brincam menos ao ar livre e por menos tempo; elas tem um raio de movimentação independente, mas restrito, e amigos de brincadeira em menor quantidade e diversidade” (LOUV, 2018, p. 56).

Os espaços públicos para lazer da cidade de São Francisco de Paula, como praças ou parques são pouco visíveis, exceto o Lago São Bernardo, que é um cartão postal da cidade. Quanto os espaços exclusivos para crianças, como parquinhos/ pracinhas, precisam ser ampliados e remodelados para que mais pessoas tenham acesso. Apesar de existir um espaço nobre a 2km do centro (Parque Natural Municipal da Ronda) que tem natureza exuberante, falta segurança e equipamentos qualificados para os visitantes: bancos, brinquedos para crianças,

banheiros públicos entre outros. No centro da cidade temos apenas uma pracinha para crianças e nos bairros Santa Isabel, Britadeira e Campo do Meio temos pracinhas convencionais que necessitam de melhorias e manutenção. Além disso, estes espaços são pouco convidativos para a interação com a natureza, pois são construídos de metal e plástico e as vezes sobre cimento ou pedras britadas. São espaços de brincadeiras com menor diversidade.

A inquietude que este cenário nos coloca é como as práticas pedagógicas reproduzem a nossa visão de mundo, especialmente quando se percebe que há uma separação muito grande das crianças e natureza.

Embora os parâmetros e diretrizes curriculares afirmem que a dimensão ambiental nas Instituições de Educação infantil não pode estar ausente ou separada da dimensão cultural., e esta mesma perspectiva orienta os demais níveis de ensino, o cenário escolar mundial indica que é necessário ampliar a reaproximação do ser humano e especialmente das crianças com a natureza, em todos os seus aspectos: razão, emoção, conhecimento, corpo e mente.

Esta dimensão integral da educação conecta-se com os princípios da Educação Ambiental, que deve ser tratada como tema transversal em processos educacionais formais e não formais, inserindo toda a sociedade no debate acerca da indissociabilidade homem e natureza. Léa Tiriba ressalta pelo menos três objetivos básicos que devem nortear as práticas pedagógicas: “a) religar as crianças a natureza; b) reinventar os caminhos do conhecer; c) dizer não ao consumismo e desperdício. Mas, Tiriba vai além e propõe o “*desemparedamento*” das crianças, de forma a cumprir o que já prevê o Art. 8º das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (BRASIL, 2010) para garantir às crianças o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. Neste sentido, a abordagem do currículo, na forma dos campos de experiência se apresentam com possibilidade para que as crianças,

[...] como seres da natureza cuja identidade se constitui na interação com os membros de uma espécie que possui especificidade histórica, cultural, racional, linguística e política (LOUREIRO, 2006; GUIMARÃES, 2006 Apud TIRIBA 2010, p. 4). “Diante de uma cultura que silencia a unidade e valoriza a dicotomia, afirmamos, desde a primeira infância, a importância da Educação Ambiental enquanto processo que religa o ser humano e natureza, razão e emoção, corpo e mente, conhecimento e vida”. (TIRIBA, 2010, p.2).

Para isto as escolas precisam pensar em pátios apropriados para a criança desfrutar com tranquilidade e segurança do seu direito de brincar, e se a escola não tem espaço apropriado, talvez uma Igreja uma praça perto da escola, para levar a criança para um ambiente ao ar livre. “Enxergar a escola além dos muros, pois em todos os lugares há possibilidade de aprendizados [...] é preciso que as pessoas tenham vivências amorosas para com a natureza para que possam tratá-la amorosamente” (TIRIBA, 2018, p.4).

Este conjunto de elementos reforça a ideia de que a escola é um espaço por excelência, destinado a criar o sentimento de pertencimento. Mas para ser um espaço efetivo de transformação e aprendizado precisa ter uma intenção pedagógica com projetos que envolvam a comunidade e os grupos sociais do entorno. Ressaltando que o “pertencimento abrange os laços familiares, a ser membro de uma igreja, dentre outras relações que vão se estreitando através de vínculos, referências e valores abrangendo até mesmo o lugar vivido.” (SILVA, 2018, p.132), aponta que é importante:

[...] que a revitalização dos espaços escolares além de reforçar os laços de pertencimento ao ambiente escolar permite desencadear a aproximação afetiva com o lugar, além de abrir os olhos a emoções até então desconhecidas a ponto de ocasionar mudança atitudinais sobre determinado fator social e ambiente. Os sentimentos de pertencimento e identidade no ambiente escolar possuem significados, sentidos e valores que são lapidados a cada momento. (SILVA, 2018, p. 132).

O sentido de pertencimento pode ser desenvolvido na escola, com o uso de ferramentas pedagógicas que facilitem o “desemparedamento” (convidar as pessoas a um convívio fora de quatro paredes de casas e apartamentos) de todos, mas especialmente os alunos (crianças), para religar a infância com a natureza. Pois é necessário reconduzir as crianças para os pátios escolares, convidar as famílias e a equipe escolar para brincar fora da sala de aula. E para que esta ação tenha êxito, a comunidade, o corpo docente, funcionários da escola e o poder público precisam estar comprometidos com as crianças e entender como pode acontecer este processo.

Apresenta-se desta forma a justificativa social e acadêmica deste estudo. Ao levantar o problema da falta de espaços livres e adequados no município e a necessidade do “desemparedamento”, não podemos fugir do debate sobre os

amplos sentidos do currículo em sua relação com os fundamentos da Educação Ambiental, com os direitos das crianças à natureza, e com a identificação de estratégias pedagógicas que considerem a noção de pertencimento como eixo da relação crianças-comunidades-natureza. Nesta perspectiva este estudo foi inspirado pela ideia dos Parques Naturalizados² na perspectiva do que Louv (2018, p.159) chama de “educação experiencial” que nada mais é que um esforço de voluntários que trabalham para melhorar a situação das crianças para preencher uma lacuna entre eles e a natureza, criando novas possibilidades para enriquecer o currículo e proporcionando assim aprendizagens significativas. Partindo desta ideia, a pesquisa foi desenvolvida na modalidade pesquisa-ação, apresentando o seguinte objetivo geral:

Identificar as contribuições de uma prática experiencial em relação à integralização do currículo escolar, para a formação docente e formulação de projetos e políticas de Educação Ambiental a partir da implementação de um Parquinho Naturalizado na comunidade escolar da EMEI Nossa Senhora do Rosário.

Para esta proposta foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar as relações de pertencimento e apropriação do ambiente no que se refere às práticas e políticas ambientais da comunidade escolar envolvida na proposta de pesquisa-ação;
- Identificar como os direitos das crianças à natureza e sua relação com o currículo escolar são explicitados pelos os participantes da pesquisa;
- Inferir proposições decorrentes da experiência para o currículo, para a formação docente e para a formulação de programas e/ou políticas de educação ambiental.

² considerados uma opção de espaço de baixo custo de implantação onde brinquedos e instalações são desenvolvidos preferencialmente a partir de elementos naturais e buscam encorajar experiências sensoriais e motoras ricas e estimulantes. Os parques naturalizados podem ter a grandeza de macro a micro, podendo ser mistos, isto é, parte naturalizados ou tradicional padronizados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O DIREITO DAS CRIANÇAS À NATUREZA E AO ESPAÇOS LIVRES

O direito das crianças à natureza é referido no Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em seu Artigo 31: Descanso, brincadeiras, cultura e artes, toda criança tem o direito de descansar, relaxar, brincar e participar de atividades culturais e criativas. De forma semelhante, a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), também tem orientado pais, educadores e familiares para o retorno das crianças para as brincadeiras ao ar livre e contato com a natureza, tanto que no ano de 2019 lançou o Manual de Orientação “Benefícios da Natureza no Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes”. Neste manual, entre várias orientações destaca-se:

- Aconselhar e recomendar o acesso diário a no mínimo uma hora de atividades em contato com a natureza, seja para brincar, aprender ou conviver em contato com o meio-ambiente;
- As escolas e instituições de cuidados devem organizar suas rotinas e práticas de forma a equilibrar o tempo destinado às atividades curriculares com o tempo livre (recreio), a fim de permitir que as crianças e os adolescentes tenham amplas oportunidades de estar ao ar livre;
- O poder público deve garantir que todas as crianças e adolescentes tenham acesso a áreas naturais, seguras e bem mantidas, a uma distância inferior a 2 km de suas residências.

Além destes referenciais, é importante ressaltar que a legislação brasileira reconhece a importância da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino. Constituição Federal (CF) de 1988, no inciso VI do § 1º do artigo 225, determina que o Poder Público deve:

Promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, pois “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

A criação das Diretrizes Nacionais da Educação Ambiental para a Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades reconhecem a relevância e a obrigatoriedade da Educação Ambiental (BRASIL, 2012). Mas para falar do lugar

vivido e experienciado é que a Educação Ambiental torna-se uma ferramenta essencial para superar as dificuldades da nossa sociedade e desenvolver o respeito e o comprometimento com mudanças capazes de envolver uma comunidade.

A Educação Ambiental é um instrumento imprescindível para a consolidação dos novos modelos de desenvolvimento sustentável, com justiça social, visando à melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas em seus aspectos formais e não formais, como processo participativo através do qual o indivíduo e a comunidade constroem novos valores sociais e éticos adquirem conhecimentos, atitudes, competências e habilidades voltadas para o cumprimento do direito a um ambiente ecologicamente equilibrado em prol do bem comum das gerações presentes e futuras (MEDINA, 2002 p.52).

Em relação aos compromissos com as crianças, ressaltamos que a BNCC (BRASIL, 2018, p. 7) é o documento de caráter normativo que define um conjunto [...] “orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais... de modo que possam ser assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano nacional de Educação”, norteando o planejamento do professor a partir das diretrizes curriculares da Educação Infantil (EI), que é baseado nos campos de experiência, a partir dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para cada faixa etária, como apresentado no quadro a seguir.

Quadro 1 - Os cinco Campos de Experiência da Educação Infantil-BNCC

O eu, o outro e o nós	– É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista.
Corpo, gestos e movimentos	-Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade.

Traços, sons, cores e formas	<p>– Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras.</p>
Escuta, fala, pensamento e imaginação	<p>– Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem. As primeiras formas de interação do bebê são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro. Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação.</p>
Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	<p>– As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais. Desde muito pequenas, elas procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstram também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.)</p>

Fonte: BRASIL (2018).

As bases legais, teóricas e curriculares já estão estabelecidas, necessitando um maior empenho na implementação, das atividades, espaços com comprometimento do poder público e da comunidade escolar.

2.1.1 Parques Públicos e Privados

Quando falamos de parques precisamos entender que são lugares de recreação públicos ou privados que podem ser de diversos tipos e usos: parque zoológico, parque de diversão, parque aquático, parque urbano, parques nacionais, parques naturais, parques ecológicos e também parquinhos e playgrounds em condomínios, escolas e espaços públicos (KRAFT; GOMES, 2017, p.1). Podemos ressaltar a importância de todos estes espaços como muito importantes para lazer, recreação e educação ambiental. Porém alguns tipos de parques não estão disponíveis e acessíveis a maior parte da população brasileira. Neste caso, a educação ambiental depende muito de que possamos acessar espaços públicos e gratuitos pensados para estrategicamente proporcionar aprendizado significativo para adultos e crianças.

Um exemplo típico de parque são os parques nacionais que são áreas reservadas pelo governo de um país. A maioria dos parques nacionais são criados para preservar o meio ambiente natural. Alguns parques nacionais³ não permitem visitantes (Unidades de Conservação de Proteção integral tem várias restrições de uso, sendo normalmente liberadas apenas para pesquisa científica e educativa com prévio agendamento). Em outros, os visitantes devem seguir regras para evitar que as plantas e animais sejam prejudicados pela atividade humana. O primeiro *parque nacional brasileiro* foi o de Itatiaia, entre os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, em 1937³ (BRITANNICA DIGITAL LEARNING, 2022).

A maioria dos parques nacionais ou de reservas ecológicas estão longe das comunidades urbanas e neste contexto, os parques urbanos deveriam ter mais atenção do poder público e dos educadores para a formação de cidadãos mais conscientes da necessidade de preservar nossas riquezas naturais. De acordo com o Art. 8º, § 1º, da Resolução CONAMA Nº 369/2006:

³ Vale ressaltar que no Brasil, os parques nacionais e as reservas extrativistas são administrados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão do governo federal vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Uma área verde de domínio público é "o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização"(BRASIL, 2006).

Sob uma perspectiva urbanística, Magnoli (2006 *apud* SAKATA, 2018, p.45) aponta que a dimensão dos espaços públicos está inserida nos elementos que integram o que podemos chamar de "Sistema de Espaços Livres" responsáveis pela promoção do reencontro do homem com a natureza. Os parques públicos deveriam ser, dentro deste sistema, os principais espaços da cidade, podendo ter dimensões diferenciadas em "escala, abrangências e ritmos", e podemos acrescentar que no caso dos parquinhos naturalizados não há uma regra ou padrão:

Não precisam seguir um modelo padronizado e não há um formato ou estrutura que se possa aplicar em todas as situações. Podemos ter um microparque implantado em um terreno baldio até uma área de convívio numa escola, praça, museu, biblioteca ou unidade de conservação. Assim, pensamos em estruturas/espaços que possam abraçar diferentes demandas, desde o brincar barulhento, movimentado e ativo, até a contemplação, o descanso, o encontro e a solidão. (BLAUTH; BARROS, 2022, p. 25).

O uso do espaço público foi sendo alterado ao longo dos anos, acompanhando as mudanças sociais, econômicas e espaciais da vida urbana. A rua era espaço de socialização e brincadeiras, porém este espaço tornou-se perigoso, principalmente para as crianças. No século XX foram idealizadas e criadas as praças e os parques públicos com o objetivo de suprir as necessidades de lazer e locais de brincadeira (Oliveira, 2004 *apud* KUHNEN; LUZ, 2011). Na atualidade estes espaços não são os mais indicados, pois nem sempre obedecem às normas de segurança em relação à instalação e manutenção dos brinquedos e equipamentos (HARADA; PEDREIRA; ANDREOTTI, 2003 *apud* KUHNEN; LUZ, 2011).

Outra questão em debate refere aos playgrounds, seus modelos e usos. O pesquisador e escritor Britânico Tim Gill, ressalta que na Grã Bretanha muitos parquinhos infantis têm superfícies de borracha, com o objetivo de reduzir lesões graves durante o brincar, mas agora já é percebido que são causa de mais membros quebrados do que eram sustentados em superfícies duras no passado (GILL, 2007, p. 7). O autor argumenta, em sua obra *Sem Medo, Crescendo em uma sociedade*

avessa ao risco, que a infância está sendo prejudicada pelo medo de correr riscos. Brincadeiras que em outras gerações de crianças eram desfrutadas sem preocupações, foram agora definidas perigosas. Neste sentido Gill afirma que: “No passado, presumia-se que as crianças tinham capacidades que agora raramente pensamos que têm... Estamos tão fixados em dar aos nossos filhos uma infância longa e feliz que minimizamos suas habilidades e resiliência” (GILL, 2007, p. 10-11).

Segundo o autor, os playgrounds públicos existem há cem anos. A ideia central dos parquinhos públicos foi desenvolvida por reformadores sociais do século XIX, e o objetivo era solucionar problemas como a socialização, saúde e preparo físico das crianças (Fig.2). No início os parques infantis tinham sempre a supervisão de um adulto para garantir a ordem e a segurança dos usuários, mas com o passar do tempo e a criação de inúmeros parques, o custo ficou elevado e foi sendo diminuída a presença dos supervisores (GILL, 2007, p. 25).

Figura 2 - Pracinha da EMEI Nossa Senhora do Rosário- SFP



Fonte: Autora (2021).

Em seu livro Gill ressalta que na Segunda Guerra Mundial, no mundo desenvolvido, os playgrounds foram utilizados como uma resposta padronizada aos problemas sociais associados à saúde, urbanização e imigração. O design físico dos parques infantis praticamente não mudou até a década de 1960, pois a questão da segurança não era levada em consideração e não era relevante até então. No Brasil

os parquinhos ainda mantem, relativamente, a mesma estrutura e brinquedos dos parques europeus, que são modelos padronizados, em ferro, plástico ou outros elementos sintéticos.

2.2 OS ESPAÇOS LIVRES E SISTEMAS DE EDUCAÇÃO EXPERIENCIAL

Em sintonia com a urbanista Magnoli (2006 *apud* SAKATA, 2018, p. 45) Queiroga (2011, p. 28) [...] reforça a noção de que os espaços livres públicos são bens de propriedade pública, com diferentes graus de acessibilidade e uso comum da população ou comunidades com diferentes apropriações e finalidades”. A própria definição de propriedade, segundo o Código Civil do Brasil, classifica dois grandes grupos de espaços públicos livres: Primeiro os bens de uso comum do povo que podem ser as ruas, as praças, os parques urbanos e as praias, e tantos outros como Unidades de Conservação, reservas ecológicas, lagoas, rios, mirantes etc. Temos também bens de uso especial que são destinados a atividades específicas (os espaços livres de uma escola pública ou de uma penitenciária, ginásios esportivos públicos, piscinas públicas). Portanto o uso dos Sistemas de Espaços Livres permite uma variedade de atividades educativas, sociais e integradores para crianças, adolescentes e adultos. Neste sentido podemos refletir sobre o movimento que pode ser chamado de “educação experiencial” citada por Richard Louv na obra *A última Criança na Natureza* (2018, p. 159), que nos fala de uma tendência de reformular o currículo escolar, ainda que este não seja voltado para a natureza.

Por outro lado, existem pais, professores, monitores e educadores ambientais voluntários que têm desenvolvido atividades informais para preencher esta lacuna entre os estudantes e a natureza. É evidente que precisamos encorajar as comunidades para que se apropriem dos espaços livres quando, conforme Queiroga (2011, p. 31) os poderes públicos não priorizam os espaços públicos apropriados para uso comum, acarretando crescentes desastres ambientais como deslizamentos, alagamentos, associados à falta de estruturas em relação a saneamento básico., ressaltando que [...] “O processo de planejamento de sistemas de espaços livres é ainda inexistente ou muito incipiente nas cidades metropolitanas...”

Nesta mesma perspectiva Louv (2018, p. 158) afirma que alguns políticos sugerem que a população escolha entre uma educação ambiental nas salas de aula

ou uma educação experiencial além das paredes. O autor explica que este é um falso dilema, pois ambas são importantes porque hoje defende-se que a educação na natureza traz grandes benefícios ao desenvolvimento cognitivo, criatividade e redução do déficit de atenção. Educadores atuais mais atentos ao problema participam de um esforço internacional para estimular as crianças a uma educação natural dentro e fora das salas de aula que tentam reforçar uma educação experiencial.

Para reforçar sua tese Louv (2018, p. 156) cita John Rick, educador norte-americano e sua crítica desolada pelo fato da natureza ter praticamente sumido da sala de aula. Como alternativa propaga a educação experiencial, que nada mais é que uma “sala de aula voltada para fora tanto no sentido literal, quanto no sentido figurado.”. Louv destaca o pensamento de Rick sobre esta configuração de sala de aula e a forma de abordar o currículo:

A matemática e a ciência seriam ensinadas como forma de entender as complexidades da natureza, o potencial de entender as necessidades humanas, e como todas as coisas estão interligadas. Uma educação equilibrada significa aprender o básico para se tornar parte de uma sociedade que preza a natureza enquanto ao mesmo tempo, contribui para o bem-estar da humanidade [...]. Podemos ensinar as crianças a olhar para uma flor e ver tudo o que ela representa: a beleza, a saúde de um ecossistema e o potencial de cura. (LOUV, 2018, p.156).

No Brasil o conceito de parques naturalizados é estudado e pesquisado por muitas entidades, entre elas destacamos o Instituto Alana de São Paulo, que desenvolve o Projeto Criança e Natureza, com o lema: Honrar a criança⁴, tendo como fundamentos a experiência do pedagogo alemão Udo Lange, criador dos parques naturalizados, que vem pesquisando o assunto e buscando soluções para a falta de espaços de qualidade para o brincar. Segundo o autor, o problema é que os espaços são cada vez menores e com pouca qualidade espacial e, portanto, “as crianças não conseguem dar vazão à criatividade e ficam entediadas rapidamente” porque as pracinhas e brinquedos só podem ser usados de uma única forma. Udo Lange é também arquiteto e criou o escritório Bagage, que é uma oficina e ateliê para planejar pedagogicamente parques naturalizados, ele desenvolve esta ideia em Freiburg no sul da Alemanha (RODRIGUES, 2017).

⁴ Para maiores detalhes ver www.criancaenatureza.org.br

A cidade de Fortaleza foi a primeira cidade brasileira a criar um projeto piloto de parques naturalizados dentro do “Programa Fortaleza Mais Verde”. Aos poucos a ideia de educação experiencial vai se espalhando pelo país utilizando os parquinhos naturalizados como ferramenta pedagógica. Um exemplo recente em São Paulo foi a criação de parquinho naturalizado na Praça Horácio Sabino, que conta inclusive com um sítio arqueológico, com “tesouros enterrados”, doados pela vizinhança para as crianças procurarem, desenvolvendo a curiosidade (RODRIGUES, 2021)

2.2.1 Desemparedamento e Currículo

Segundo Léa Tiriba (TIRIBA, 2021). nas escolas e pré-escolas “devemos pensar tamanha é a nossa influência e responsabilidade de tornar este tempo e os espaços mais acolhedores sensíveis e ao mesmo tempo desafiadores e provocativos”.

Lea Tiriba em seu livro *Educação Infantil Como Direito e Alegria: Em Busca De Pedagogias Ecológicas, Populares E Libertárias* chama a atenção para que não haja incentivo ao “emparedamento” das crianças e sugere um aprendizado que crie uma nova relação e um novo tipo de organização entre educadores e educandos. Há uma necessidade de que a escola seja um espaço para exercícios democráticos, onde a comunidade escolar aprenda a argumentar, debater, decidir, conviver e estabelecer diálogos de saberes, portanto não devemos incentivar relações verticais onde uns sabem mais que os outros. O professor não é o dono de todo o conhecimento e a questão central é a participação e respeito às diversidades, contexto social e cultural daquela comunidade, questionando a centralidade dos professores no processo pedagógico e propiciando o surgimento de relações horizontais. Tiriba (2018) vai ao encontro de ideias de pensadores libertários, como Paulo Freire, Lev Vygotsky, Félix Guattari, Boaventura de Souza Santos, Leonardo Boff entre outros, para nos sensibilizar sobre a necessidade de conexão com a natureza e a solidariedade planetária (TIRIBA, 2018).

Desemparedar significa trocar o cimento, paredes e grades, mudando a perspectiva de futuro para permitir o movimento dos corpos, buscando a inventividade, a livre criação, a capacidade de escolhas e os encontros que geram alegria. Para a autora o “emparedamento” não está só nas salas de aula e

atividades de educação, mas também no dormitório, refeitório, galpão e diversos espaços e tempos que mantém rotinas pouco libertadoras e repetitivas.

Na verdade, o que Tiriba trata como “emparadamento” fica evidente também na visão de Tim Gill em sua obra *Sem Medo, Crescendo em uma sociedade avessa ao risco*, Gill argumenta que a infância está sendo prejudicada pelo medo de correr riscos. Brincadeiras que em outras gerações de crianças eram desfrutadas sem preocupações foram agora definidas perigosas. Neste sentido Gill afirma que:

No passado, presumia-se que as crianças tinham capacidades que agora raramente pensamos que têm.... Estamos tão fixados em dar aos nossos filhos uma infância longa e feliz que minimizamos suas habilidades e resiliência (GILL, 2007, p. 10-11).

Nesta mesma linha de pensamento Louv (2018, p. 58) através de seus estudos e pesquisas constatou e cunhou o conceito *Transtorno do déficit de natureza* e descreveu pela primeira vez de uma forma simples e acessível compilando as diversas evidências científicas o quanto a natureza é necessária para a saúde física, mental e espiritual para crianças e adultos. A obra de Richard Louv traz uma descrição detalhada dos custos da separação do homem e natureza que inclui a diminuição do uso dos sentidos, dificuldade de atenção e um aumento das doenças físicas e emocionais. O *Transtorno do déficit de natureza* é facilmente percebido, individualmente, em famílias e comunidades e diversos estudos relacionados com o *transtorno*, apontam casos de depressão, dificuldade de aprendizagem e outras mazelas urbanas e evidenciam a relação direta com a inexistência de parques e espaços abertos ou a dificuldade de acesso eles.

Antes de Louv, o educador ambiental americano David Sobel (1996) já trazia em suas pesquisas e estudos dados alarmantes sobre o que passou a chamar de *Ecofobia*. Em suas pesquisas com alunos entre 10 e 12 anos ele constatou que a *eco fobia* é a sensação de impotência para evitar mudanças ambientais cataclísmicas e faz parte da ansiedade climática. Crianças expressaram medo, tristeza e raiva sobre problemas ambientais. “Se queremos que as crianças floresçam, precisamos dar-lhes tempo para se conectar com a natureza e amar a Terra antes de pedirmos que a salvem” (SOBEL, 2013).

Segundo Sobel (2013) os currículos e programas educacionais que tratam os problemas ambientais mundiais, levam uma carga de responsabilidade muito grande

sobre os ombros das crianças, que ao invés de educar ambientalmente, na verdade cria expectativas negativas, pois as crianças passam a ter medo, por entender que os problemas são muito grandes e de difícil solução. O que interessa e pode dar melhor resultado é criar valores ecológicos. Por isso "o conhecimento sem amor não liga. Mas se o amor vem primeiro, o conhecimento certamente vem depois. "Nosso problema é que tentamos invocar conhecimento e responsabilidade antes de permitir um relacionamento amoroso com a natureza" (SOBEL, 2013).

Em nossa área de estudo, exemplos típicos de eventos climáticos recentes no Brasil, como deslizamentos de terra e moradias, enchentes, vendavais, fogo no pantanal, tornados em São Francisco de Paula-RS que são abordados em sala de aula como resultado de mudanças climáticas, tentando chamar a atenção das crianças para a responsabilidade de salvar a natureza, na verdade criam pânico e tendem a desenvolver sintomas de ecofobia.

Sobel (2013) alerta sobre o desafio para pais e educadores é harmonizar atividades e empreendimentos com os estágios de desenvolvimento das crianças. Eles precisam desenvolver primeiro um vínculo emocional com os todos as criaturas do mundo natural. Para isso elas precisam ter oportunidades de explorar os arredores urbanos e rurais e, finalmente, a oportunidade de trabalhar em problemas em sua própria comunidade, para depois conseguir entender problemas mais complexos como mudanças climáticas e a sustentabilidade do planeta.

Nosso sistema educacional tem conseguido responder a demanda? Constatase que o currículo avança na medida em que o tema/problema está sendo estudado, debatido pelas Universidades, gerando artigos científicos sobre Educação Ambiental. Rede de estudos e formação de professores estão em andamento, levando a conscientização. Também estão sendo publicados artigos em revistas e jornais chamando a atenção para um novo olhar em relação ao currículo, mas estas discussões não podem ser eventuais. Para avançar mais no currículo todas essas experiências devem estar no coração do projeto pedagógico (PPP), como rotina, de tal forma que as crianças tenham acesso direto e frequente nas tarefas práticas participando na rega das plantas, participação da limpeza da horta, da colheita, tornando-se parte integrante do processo, vivenciando e conhecendo desde o nascimento até o crescimento dos frutos da terra (TIRIBA, 2010).

A legislação já contempla a Educação Ambiental, porém o currículo não avança na prática porque é necessário desemparedá-lo junto com as instituições

escolares. Tiriba (2010) aponta um caminho de como enfrentar o problema. Como garantir às crianças o que a lei lhes assegura?

O primeiro passo é abrir o debate, é trazer para as reuniões de professores e de pais as definições das DCNEI a respeito dos direitos das crianças aos deslocamentos nos espaços externos às instituições, ao convívio com o mundo natural e social como condição para seu desenvolvimento pleno, saudável (TIRIBA, 2010).

Estas práticas levarão a uma aproximação em relação aos saberes da Educação Ambiental, cujas diretrizes são expressas na Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999).

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO LOCAL DE PESQUISA

O projeto desenvolvido integra a pesquisa intitulada “Permanência(s) da Educação Ambiental nas Diretrizes Curriculares (BRASIL, 2018) dos municípios participantes da “Rede Araucárias: Educação Ambiental nos Campos de Cima da Serra e Hortênsias” EDITAL PROPPG 01/2020-21, desenvolvida no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade/PPGAS-UERGS. Este projeto tem como objetivo conhecer como as políticas irradiadas pela Política Nacional de Educação Ambiental-PNEA, se apresentam nas Diretrizes Curriculares dos Sistemas Municipais de Educação participantes da “Rede Araucárias: Educação Ambiental nos Campos de Cima da Serra e Hortênsias” que integra 8 (oito) municípios: Cambará do Sul, Canela, Igrejinha Novo Hamburgo, Parobé, São Francisco de Paula, São Leopoldo e Taquara.

Neste universo, a pesquisa foi realizada junto à comunidade escolar da EMEI Nossa Senhora do Rosário do município de São Francisco de Paula/RS, tendo como critério de seleção o interesse e disponibilidade da equipe escolar e a Secretaria Municipal de Educação, sua respectiva mantenedora, conforme explicitado no desenvolvimento do trabalho.

São Francisco de Paula, situado nos Campos de Cima da Serra, espaço geográfico inserido no Planalto das Araucárias, que remete a paisagem natural de região formada por coxilhas recobertas por campos e matas (Floresta Ombrófila mista, com a mata de Araucárias) inserida no Bioma Mata Atlântica (AMARAL et al., 2008).

São Francisco de Paula foi fundado em 7 de janeiro de 1903, com a população estimada em 21.871 habitantes (IBGE, 2021). Área de 3.273,498 km², altitude de 907 m., Produto interno bruto (PIB) 2018 R\$ 614.630,28 (mil), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): 0,685 (2010). O município é o maior produtor de *batata* do Brasil, além de produzir maçãs e hortaliças. Tem ainda grande área com plantio de *pinus* e *eucaliptos*, além da tradicional criação de gado.

Segundo o site da Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul, São Francisco de Paula possui 25 escolas, 12 municipais, 12 estadual e 01 particular. Este sistema de ensino tem na Resolução CME Nº 003/2020 seu

*Documento Orientador do Currículo para o Território Municipal de São Francisco de Paula – DOCTM*⁵, que em relação à Educação Ambiental orienta:

O território da educação escolar de São Francisco de Paula é permeado pelas potencialidades singulares que sua geografia apresenta. A educação ambiental, na parte diversificada do currículo, por meio de uma abordagem multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar fundamentada na experiência e na participação, oferece condições de espacialidade e de temporalidade para o estudante conhecer o espaço natural; cria oportunidades para a conscientização de que os elementos naturais são finitos e interdependentes com a vida humana. Assim, espera-se que os estudantes aprendam a cuidar do lugar onde vivem. (RIO GRANDE DO SUL, 2020, p. 22).

Conforme apresentado a seguir, a definição da modalidade pesquisa-ação corresponde aos critérios de seleção: o interesse da coordenadora pedagógica do Município de São Francisco de Paula que - integrante da Rede Araucárias -. E docentes da Escola, complementado pela, anuência e autorização as Secretária Municipal de Educação.

As etapas da pesquisa-ação são apresentadas a seguir.

3.1 AS ETAPAS/FASES DA PESQUISA-AÇÃO

A metodologia de pesquisa-ação, segundo (THIOLLENT, 1986), é composta de 4 (quatro) etapas: fase exploratória, fase principal (planejamento), fase de ação (implantação) e fase de avaliação. A seguir serão apresentados as etapas desenvolvidas no decorrer da pesquisa, conforme segue:

⁵ Art. 1º - A presente Resolução institui o Documento Orientador do Currículo para o Território de São Francisco de Paula – DOCTM - como documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais como direito das crianças nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e suas respectivas modalidades, Educação e adultos no âmbito da Educação Básica, nas redes de ensino Públicas e Privadas, e nas instituições escolares do Território Municipal.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 FASE EXPLORATÓRIA

O trabalho teve início na Fase Exploratória segundo a metodologia apregoada por (THIOLLENT, 1986). Esta primeira etapa do processo de pesquisa-ação é muito importante porque é a partir dela é que definimos o encaminhamento das fases seguintes. No aspecto interno diz respeito ao diagnóstico da situação atual das carências e necessidade e também busca-se o envolvimento do pesquisador com a realidade observada. Desta forma, esta fase foi realizada em duas etapas, conforme demonstra o quadro a seguir.

Quadro 2 - Fase Exploratória

FASE DE ESTUDOS (2)	TÉCNICAS UTILIZADAS	O QUE FOI REALIZADO?	QUEM PARTICIPOU?
ETAPA 1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: PROJETO PARQUINHO Out 2021 a Nov. de 2021	--Observação. --Pesquisas Bibliográficas.	--Fotos das pracinhas das escolas e pracinhas públicas. --Pesquisa online (revistas eletrônicas, sites, artigos e notícias), lives da Rede Araucárias e livros.	-- Um voluntário e pesquisadora --A pesquisadora

<p>ETAPA 2</p> <p>DIVULGAÇÃO REDE ARAUCÁRIAS</p> <p>Out/2021 a Nov/2021</p>	<p>-- Divulgação da pesquisa na Rede Araucárias para os gestores municipais.</p> <p>-- Envio de oito (8) formulário Carta-convite para os oito (8) gestores representantes dos participantes da Rede Araucárias.</p>	<p>--Envio do conceito com fotos e texto do Parque Naturalizado para oito (8) municípios participantes da Rede Araucárias, despertando o interesse da Coordenadora Pedagógica do município de São Francisco de Paula.</p> <p>-- Envio da Carta-convite por e-mail para os oito municípios participantes da Rede Araucárias para participar da pesquisa sobre os Parquinhos Naturalizados e também contatos pelo aplicativo Whatsapp.</p>	<p>--A Coordenadora da Rede Araucárias, a pesquisadora e gestores participantes da Rede.</p> <p>São Francisco de Paula, Cambará do Sul, Canela, Gramado, Parobé, N. Hamburgo, Taquara e São Leopoldo.</p>
---	--	--	---

Fonte: Autora (2022).

A Fase 1 (um) foi direcionada às observações das pracinhas públicas da sede do município e parquinhos das escolas, onde a pesquisadora e 1 (um) voluntário fotografaram diversos locais na sede do município de São Francisco de Paula (Fig.3 e 4). Ainda nesta etapa foi realizada pesquisa bibliográfica, via online (revistas eletrônicas, sites, artigos e notícias), nas lives da Rede Araucárias, além de obras acerca da temática em estudo: desemparedamento e Educação Ambiental,

conceitos de parques pracinhas, déficit de natureza, ecofobia, entre outros temas correlacionados ao tema Parquinhos Naturalizados.

Figura 3 - Pracinhas públicos na sede do Município-SFP



Fonte: Autora (2021).

Figura 4 - Pracinhas em escola da sede do Município -SFP



Fonte: Autora (2021).

Na Fase 2 (dois) o aspecto externo teve como objetivo divulgar a ideia (proposta do Parquinho Naturalizado) e engajar pessoas interessadas em participar do processo. Esta etapa da pesquisa foi realizada junto aos gestores representantes dos municípios, integrantes da Rede Araucárias com o envio de um formulário de pesquisa que incluía a apresentação do conceito do parque naturalizado com fotos e textos. Participaram deste momento da pesquisa a coordenadora da Rede Araucárias, a pesquisadora e gestores participantes da rede. Além disso foi enviado cartas- convites para os oito gestores representantes dos municípios participantes da Rede Araucárias. Os formulários em forma de carta-convite foram enviados por e-mail solicitando a participação dos municípios na pesquisa e também aconteceu contatos pelo aplicativo whats-app. Participaram da pesquisa os municípios de São Francisco de Paula, Cambará do Sul, Canela, Gramado, Parobé, Novo Hamburgo, Taquara e São Leopoldo. O tema despertou o interesse da Coordenadora Pedagógica do Município de São Francisco de Paula integrante da REDE, que sugeriu a visita da pesquisadora em uma Escola Municipal de Educação infantil, acarretando daí o critério de definição da local de pesquisa,

4.2 FASE DE PLANEJAMENTO

Conforme Thiollent (1986), no momento em que há um claro diagnóstico sobre a realidade da organização e dos eventos ou pontos que se deseja pesquisar, os pesquisadores iniciam a prática, que ocorre através de reuniões e seminários para guiar a ação e envolvem os integrantes do processo, e em diferentes medidas e forma de participação, conforme apresenta o quadro a seguir:

Quadro 3 - Fase de planejamento

FASE DE ESTUDOS	TÉCNICAS UTILIZADAS	O QUE FOI REALIZADO?	QUEM PARTICIPOU?
<p>PROPOSIÇÃO DE NOVOS MODELOS DE PARQUINHOS.</p> <p>Dez de 2021 a Jan. de 2022</p>	<p>-- Reunião com a Secretária de Educação para a liberação e autorização da implantação do projeto piloto do parquinho.</p> <p>--Contato por telefone com a Equipe Diretiva da escola</p> <p>-- Reunião com a equipe diretiva da Escola.</p> <p>-- Pesquisa de materiais.</p> <p>-- Formação da</p>	<p>-- Apresentação do conceito do Parquinho Naturalizado.</p> <p>-- Orientação referente aos documentos necessários para a implantação do parquinho.</p> <p>-- Discussão sobre a importância do Parquinho para a escola.</p> <p>-- Busca pelos troncos de árvores.</p> <p>-- Convites e telefonemas.</p>	<p>-- Secretária de Educação e pesquisadora.</p> <p>--A pesquisadora.</p> <p>-- Diretora, Coord. Pedagógica da escola e pesquisadora</p> <p>-- Pesquisadora e dois voluntários.</p>

	<p>equipe de voluntários.</p> <p>-- Reunião com a equipe de Voluntários.</p> <p>-- Reunião com voluntários e equipe diretiva da escola.</p>	<p>-- Discussão sobre espaço, madeiras, design e ferramentas que iriam ser usadas.</p> <p>-- Vistoria do espaço disponível na escola para implantação do projeto piloto do Parquinho Naturalizado.</p>	<p>-- Pesquisadora e convidados.</p> <p>--Quatro (4) voluntários e pesquisadoras</p> <p>-- Três (3) voluntários, Diretora e Coordenadora Pedagógica</p>
--	---	--	---

Fonte: Autora (2022).

Apos o diagnóstico inicial passamos para a Fase de Planejamento, que constituiu-se na proposição de implementação de novos modelos de parquinhos. Esta fase foi composta por reuniões com a Secretária de Educação do Município e a Coordenadora Pedagógica do Município que assinou autorização para realização e implantação do parquinho no pátio da escola, com equipe diretiva da escola e os voluntários, constando da apresentação e discussão do conceito de parquinhos naturalizados, sua importância pedagógica e social em relação aos objetivos da pesquisa. Em seguida, passou-se para as pesquisas de materiais para construção do parquinho (troncos de árvores Fig. 5), tipos de madeiras, design do parquinho, escolha de ferramentas mais adequadas. A vistoria e definição do espaço (Fig.6) para implantação do parquinho finalizou esta etapa de planejamento com a contribuição dos participantes, acolhendo as sugestões e conhecimentos a respeito do assunto em pauta. Nesta etapa foi solicitado autorização de direito de imagem para fotografar as crianças junto à direção da escola (Autorização assinada pelos pais ou responsáveis).

Figura 5 - Escolha dos troncos de árvores



Fonte: Carlos Padilha (2021).

Figura 6 - Vistoria dos espaços e definição do design



Fonte: Carlos Padilha (2022).

4.3 FASE DE AÇÃO

A fase de ação, também denominada de implementação, engloba medidas práticas baseadas nas etapas anteriores: ações concretas e implementação do projeto nos espaços definidos anteriormente (THIOLLENT, 1986). O quadro a seguir destaca as ações e os envolvidos na proposta.

Quadro 4 - Fase de ação

FASE DE ESTUDOS	TÉCNICAS UTILIZADAS	O QUE FOI REALIZADO?	QUEM PARTICIPOU?
<p>IMPLANTAÇÃO DO NOVO MODELO DE PARQUINHO.</p> <p>Fev. de 2022</p>	<p>-- Reunião na escola com equipe diretiva e com parte dos voluntários.</p> <p>-- Implantação do Projeto, do Parquinho Naturalizado no pátio da escola.</p> <p>-- confraternização com os voluntários</p> <p>-- Encontro de sensibilização sobre importância da arborização do pátio da escola</p>	<p>-- Definição do local para implantação do parquinho.</p> <p>-- Corte da madeira, transporte e preparação do local e montagem do parquinho Naturalizado.</p> <p>--Lanche e socialização</p> <p>--Plantio de árvores.</p>	<p>-- Quatro (4) voluntários, Diretora e Coordenadora Pedagógica da escola.</p> <p>--Onze (11) voluntários, Diretora e Coord. Da Escola e pesquisadora.</p> <p>-- A pesquisadora e os voluntários do projeto.</p> <p>-- Pesquisadora, (1) voluntário, 4 professores, Diretora e Coordenadora pedagógica, e as crianças da escola.</p>

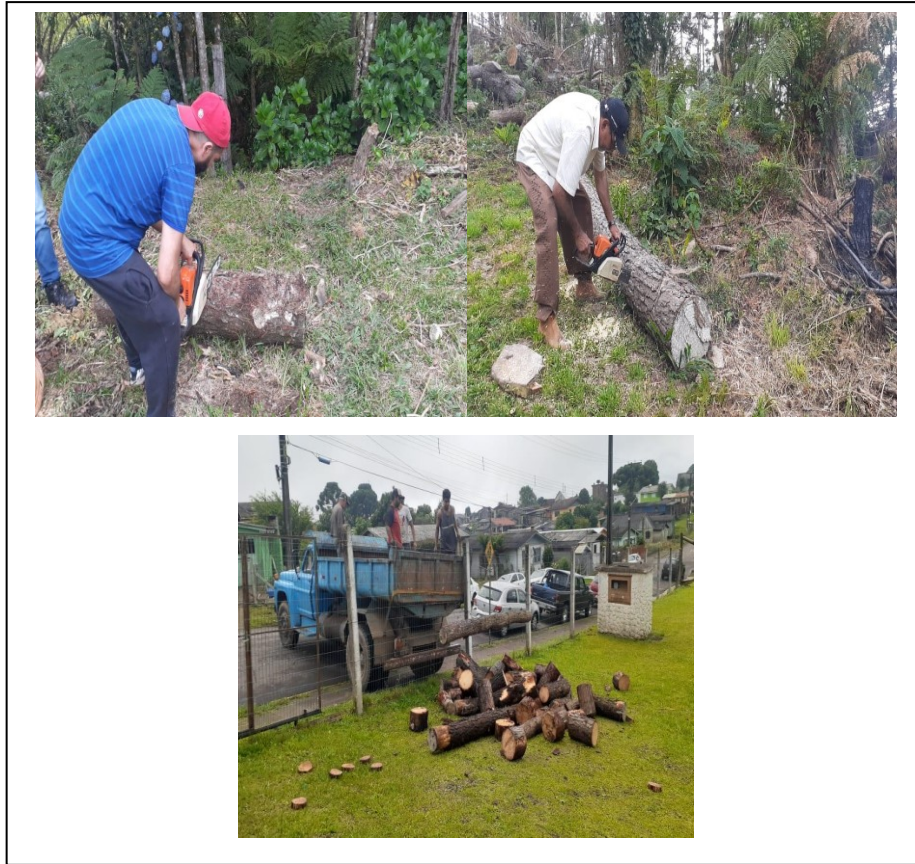
Fonte: Autora (2022).

Nesta fase foi definido o local exato da instalação do parquinho, corte e transporte da madeira, preparação do local (Fig.7 e 8) e montagem do parquinho naturalizado (Fig.9). Foi realizada a revitalização do canteiro de flores (Fig.10). Encontro de sensibilização sobre a importância da arborização do pátio da escola e finalizando com o plantio de mudas de árvores (Fig.11): Liquidâmbar (*Liquidambarstyraciflua*) e Araçá Vermelho (*Psidiumlongipetiolatum*)

Esta fase, desenvolvida pelos integrantes orientou-se pela compreensão de que os parques naturalizados são espaços ao ar livre desenvolvidos a partir de elementos naturais, como árvores, arbustos, pedras, água, galhos, troncos de árvores resultantes de podas ou árvores caídas que seriam descartadas, gravetos e terra, e buscam encorajar experiências sensoriais e motoras ricas e estimulantes e pode ser criado a partir de paisagismo e design usando elementos naturais. Destaca-se a diversidade de formas encontradas em galhos, plantas e relevos é parte das possibilidades de movimento e brincadeiras das crianças, que incentivam prazer de estar à céu aberto. Outra questão observada refer-se a elementos plásticos ou emborrachados e artificiais, devem ser evitados porque propiciam menos possibilidades de criação e ativação dos sentidos. Esses espaços não seguem um modelo padronizado e devem ser criados preferencialmente de forma coletiva, ouvindo e conversando com os possíveis usuários do local. A forma ideal de conceber o projeto é buscar um aproveitamento da topografia, os ecossistemas originais, os materiais e recursos naturais disponíveis no território (CRIANÇA E NATUREZA, 2021).

A colocação e montagem do espaço deve ter um desenho e disposição dos materiais que levam em conta o movimento do corpo que será estimulado, e também acolher diferentes tipos de uso do espaço: descanso, conversa, corrida, equilíbrio, desafios, etc. Os espaços devem proporcionar às crianças múltiplas possibilidades para criar suas próprias brincadeiras, estimulando sua ludicidade, trabalhando a lateralidade, noção de espaço e desenvolvendo a sensorialidade

Figura 7 - Corte e Transporte da madeira



Fonte: Carlos Padilha (2021).

Figura 8 - Preparação do local para implantar oquinho



Fonte: Carlos Padilha (2022).

Figura 9 - Montagem do Parquinho Naturalizado



Fonte. Autora (2022).

Figura 10 - Revitalização do canteiro de flores.



Fonte: Carlos Padilha (2022).

Figura 11 - Semibilização sobre arborização e plantio de mudas



Fonte: Priscila Linck Amaral (2022).

4.4 FASE DE AVALIAÇÃO

Nesta fase do processo de pesquisa-ação apresenta-se (dois)2 objetivos principais segundo Thiollent (1986):

- 1) verificar os resultados das ações no contexto organizacional da pesquisa e suas conseqüências a curto e médio prazo
- 2) extrair ensinamentos que serão úteis para continuar a experiência e aplicá-la em estudos futuros, listados no quadro a seguir.

Quadro 5 - Fase de avaliação

FASE DE ESTUDOS	TÉCNICAS UTILIZADAS	O QUE REALIZADO?	FOI	QUEM PARTICIPOU?
FASE DE AVALIAÇÃO				.
Fev. de 2022	-- Roda de	-- Entrega do parquinho		--Pesquisadora,

	<p>conversa e integração.</p> <p>--Questionários de avaliação para equipe diretiva, professores, funcionários e voluntários participantes do projeto.</p>	<p>Naturalizado para os professores e crianças da EMEI Nossa Senhora do Rosário.</p> <p>-- Envio de formulário com perguntas para todos os participantes do projeto.</p>	<p>(1) voluntário, (4) professores, diretora e Coord. Da escola e crianças.</p> <p>--Diretora, Coordenadora, Pedagógica, (2) cuidadores, (3) professores, (1) atendente de creche e(7) voluntários</p>
--	---	--	--

Fonte: Autora (2022).

Nesta fase foi realizada uma roda de conversa (Fig. 12) com professores, crianças, funcionários, voluntários e equipe diretiva da escola para entrega do parquinho e avaliação sobre a receptividade e interação das crianças, famílias e comunidade escolar. Também foram aplicados questionários de avaliação com 5 perguntas para 3 professores, 3 cuidadores, Diretora e Coordenadora Pedagógica da escola. Também foi enviado um formulário com 4 (quatro) perguntas abertas para os 7 (sete) voluntários (Apêndice).

Figura 12 - Roda de conversa de avaliação com professores, crianças e voluntários.



Fonte: Priscila Linck Amaral (2022).

Figura 13 - Entrega do parquinho



Fonte: Autora (2022).

Figura 14 - Brinquedos construídos



Fonte: Autora (2022).

5 DISCUSSÕES E ANÁLISES DOS RESULTADOS

Este capítulo de análise finaliza os objetivos desta pesquisa que buscou compreender as relações de pertencimento em uma comunidade escolar e suas contribuições para o currículo, a partir da implementação de um Parquinho Naturalizado em uma Escola de Educação Infantil do município de São Francisco de Paula. O trabalho tem origem na história de vida da pesquisadora, sua trajetória acadêmica e atividades desenvolvidas como bolsista voluntária e de iniciação científica/extensão junto aos projetos de Educação Ambiental a partir do ano de 2018.

O projeto de pesquisa aqui apresentado partiu de uma reflexão conceitual inspirada pela noção de desemparedamento desenvolvido por Léa Tiriba (2010) na obra *Educação Infantil Como Direito e Alegria: Em Busca De Pedagogias Ecológicas, Populares E Libertárias*, onde chama a atenção para que não haja incentivo ao “emparedamento” das crianças e sugere um aprendizado que crie uma nova relação e um novo tipo de organização entre educadores e educandos. Entre outros, as leituras de Sobel (2013), demonstrando que as crianças precisam ter oportunidades de explorar os arredores urbanos e rurais e, finalmente, a oportunidade de trabalhar em problemas em sua própria comunidade, para depois conseguir entender problemas mais complexos como mudanças climáticas e a sustentabilidade do planeta, confirmaram o entendimento de que esse é um caminho para ampliar a relação escola-comunidade, e seu envolvimento com as políticas públicas ambientais e educacionais.

Neste processo reflexivo, onde a escolha da metodológica pela pesquisa-ação demonstrou-se fundamental, pode-se reconhecer o sentido do parquinho naturalizado no pátio das escolas como uma ferramenta para potencializar o processo de pertencimento ao local onde convivem diariamente, brincando, explorando e criando vínculos, especialmente a percepção de que, neste movimento ao mesmo tempo ocorre o desemparedando de todos os envolvidos: gestores, professores, educandos e comunidade. Este dado se apresenta desde o momento em que propomos o parquinho naturalizado para professores, equipe diretiva da escola e voluntários da comunidade obtivemos como primeiro resultado o engajamento natural de todos por estarem convencidos da importância de

pertencimento a este espaço escolar que muito contribui para a comunidade de São Francisco de Paula.

Desde a apresentação inicial da ideia, até a implementação do parquinho todos os envolvidos estiveram comprometidos e afirmaram o sentimento de pertença. Na fase final de avaliação os questionários enviados aos voluntários, professores, funcionários, cuidadores e equipe diretiva da escola confirmaram o valor do pertencimento ao local e as contribuições para o currículo, respondendo ao questionário semiestruturado.

Com base nas observações realizadas durante as 4 (quatro) etapas da pesquisa e as respostas dos questionários, os resultados são apresentados em dois movimentos: o primeiro refere às questões propostas nos questionários; o segundo reúne nossas considerações em relação aos objetivos da pesquisa.

Em relação a primeira questão. **Você já teve contato com parques naturalizados? Você já conhecia este conceito?**

Dos três cuidadores entrevistados, todos já tinham contato com a ideia, porém apenas dois conheciam o conceito de parquinho naturalizado. Em relação ao conceito de desemparedamento”, entendem que “*desemparedar é propor atividades ao ar livre, que propicie as crianças, desenvolverem suas habilidades e incentivá-los a explorar e cuidar da natureza*”.

Questionados sobre se o tempo que as crianças têm para brincar ao ar livre é suficiente, dois responderam que sempre que possível as crianças realizam brincadeiras ao ar livre no pátio da escola, enfatizam que o ideal seria as crianças passar um tempinho na rua, porém o clima da região não favorece, mas quando não está chovendo as professoras levam as crianças para o pátio da escola para brincar e explora o ambiente. Um dos respondentes acrescenta que “*poderia ter mais tempo ao ar livre*”.

Sobre o parquinho naturalizado ser uma ferramenta pedagógica que pode contribuir para o desemparedamento das crianças, os três responderam afirmativamente, pois “*a conexão com a natureza e com elementos naturais, possibilita a interação, exploração e criatividade, deixando a criança livre para criar suas brincadeiras, incentivando as crianças a preservar, cuidar da natureza e dos seres vivos que nela vivem*”. Esta proposição é confirmada na questão seguinte, em relação à observação das crianças brincando no parquinho e a percepção da necessidade de ampliar o projeto Parquinho Naturalizado como instrumento para a

Educação Ambiental. As três repostas foram positivas pois acreditam que *“esse projeto deveria ser ampliado para todas as escolas e parques públicos, pois é muito importante as crianças tenham um espaço que possibilitem a interação com a natureza desta forma estimulando a criatividade saindo das brincadeiras convencionais e desta forma contribuindo para seu desenvolvimento”*.

À pergunta seguinte, relacionada ao contato com os parques naturalizados e o conhecimento do mesmo, 1 (uma professora respondeu que *‘já teve contato com o parquinho naturalizado em outra escola de outro município onde ela trabalha e que havia lido uma reportagem sobre o benefício da criança interagir com a natureza e desta forma ficou conhecendo o conceito dos parquinhos naturalizados’*). Duas (2) responderam que conheciam o conceito que é *“repleto de possibilidades e reaproveitamento dos elementos naturais”*. Para as três professoras desemparedamento é *“deixar as crianças mais livres”, “fazer atividades fora da sala de aula”, “proporcionar oportunidades de a criança explorar o ambiente externos, sentir o calor do sol, brincar, e aprender ao ar livre”*.

Também foi perguntado se o tempo que as crianças passam na pracinha ou no pátio brincando ao ar livre seria o suficiente ou poderia ser ampliado? Dois (2) professores (a) acreditam que todo o tempo fora da sala de aula é muito importante e que seria bom *“usar todas as oportunidades e levar as crianças para fora da sala”*. Destoando da opinião dos demais apenas, um professor (a) considera que *“o tempo que as crianças ficam brincando ao ar livre é suficiente”*. Porém os três professores acreditam que o parquinho naturalizado pode ser uma ferramenta *“que pode ser explorado pelas crianças de diversas maneiras, brincar livremente”, “explorando o espaço, com brincadeiras criadas e imaginadas por elas mesmas”*, considerando assim uma ferramenta excelente.

Esta percepção é confirmada na resposta quanto a ampliação do projeto parquinho como instrumento para a Educação Ambiental. Os três professores concordam que *“todo o investimento e melhorias para a escola e para as crianças deve ser ampliado”*. Ainda que *“com certeza o Parquinho Naturalizado só vem a agregar”*. A discussão sobre o tema também levantou a questão climática de São Francisco de Paula, pois quando *“o tempo está bom, em chuvas ou frio excessivo com certeza podem ser planejadas atividades nesse local, em vez usar sala de aula*. Como exemplo citaram a possibilidade de fazer a hora do conto nesse local.

A equipe diretiva da escola também foi questionada sobre os mesmos temas, (conforme questionário em anexo). Sobre ter contato ou conhecimento do conceito dos Parquinhos Naturalizados a Diretora afirmou que ter conhecimento do conceito e “já *tinha tido contato com este modelo de parquinho*”. Já a coordenadora pedagógica respondeu que “*foi a primeira vez que teve contato com o Parquinho naturalizado e não conhecia o conceito com mais detalhes*’.

Sobre a noção de desemparedamento na escola, diretora e coordenadora pedagógica responderam que desemparedar

“[...] é oportunizar para as crianças atividades fora de sala de aula, ao ar livre, explorando a natureza e tudo o que ela tem a nos oferecer. Significa refletir sobre algo muito maior, que envolve todo o processo de ensino aprendizagem, passando pela ressignificação dos conceitos aprendidos pelos educadores, pela prática reflexiva contínua nas instituições, atualização teórica sobre a infância, enfim, todos os pontos que envolvem a Educação Infantil se conectam com o desemparedamento das crianças na escola e na vida, ofertando a elas vivências significativas de contato com a natureza, ao ar livre, longe das telas ou dos espaços fechados; para finalizar, o desemparedamento das crianças significa conectar-se com a natureza, aprendendo desde a infância a usufruí-la, admirá-la e protegê-la, afinal somos parte dela”.

Acerca do tempo que as crianças ficam ao ar livre para brincar e interagir com a natureza no pátio da escola, a equipe diretiva corrobora o pensamento de que “deveria ser oferecido mais tempo ao ar livre para as brincadeiras, entretanto, a rotina da educação Infantil, incluindo sono, higiene e alimentação acabam por reduzir o tempo para o lúdico”.

Cabe aqui uma reflexão sobre como o currículo e as práticas pedagógicas podem alterar significativamente todo o processo de interação mais livre das crianças com a natureza. Uma das respostas ao questionário sobre o tempo disponível das crianças brincarem ao ar livre, ser suficiente ou não, trouxe uma reflexão importante feita pela Diretora e a Coordenadora Pedagógica da EMEI. que valida a pesquisa e responde de forma contundente o nosso objetivo geral que trata da relação de pertencimento e desemparedamento na comunidade escolar e suas contribuições para o currículo:

“Acreditamos que este processo para ser significativo, o educador precisa compreender o porquê da importância de levar as crianças para o pátio e não apenas levá-los para cumprir cronograma ou ordens; porém este processo de ressignificação do aprendizado que mencionei anteriormente que todos os educadores estão passando, tem afetado cada um de uma

maneira diferente; alguns estão constantemente em busca desta compreensão outros ainda estão iniciando este processo. O que quero dizer com isso é que, eu como educadora sei o quanto é importante levá-los ao ambiente externo sempre que possível, muitas vezes como docente, realizava maior parte do meu planejamento no ambiente externo, dias ensolarados ou até mesmo um pouco nublados eram aproveitados, faziam bem para mim e para minhas crianças; ninguém pedia, eu sabia que era importante. Como coordenadora, acredito que muitas vezes os docentes que acompanho poderiam levar as crianças mais vezes aos ambientes externos e passar um tempo significativo com elas lá, então, estou lhes ajudando neste processo de ressignificação do aprendizado para que possa partir dos docentes a vontade de levá-los a rua diariamente, não por seguir ordens ou cronogramas, mas sim, por entenderem a importância destes momentos” (Equipe diretiva da EMEI Nossa Senhora do Rosário, 2022).

Além disso, a questão sobre o Parquinho Naturalizado ser usado como uma ferramenta pedagógica e desta forma contribuir para o desemparedamento das crianças, ambas afirmam tratar-se de “uma ferramenta riquíssima tanto para o desemparedamento quanto para a aprendizagem infantil e saúde emocional das crianças”, reafirmando sua importância.

“Sim; uma ferramenta importante neste processo, que possibilita as crianças que frequentam a instituição o contato direto com ele, sua exploração, diálogos entre crianças/crianças, crianças/adultos que possam ir ajudando neste processo de estabelecer conexões e significados com a natureza”.

Sobre a construção do parquinho na escola e o interesse que haja ampliação deste projeto as entrevistadas responderam conjuntamente que:

“Sim. As crianças adoraram o espaço planejado e criado para elas. Pensamos em estruturar e ampliar o espaço construído, futuramente, oportunizando mais brinquedos naturalizados, criando ainda mais possibilidades de aprendizado. Sim, pensando em nossa estrutura, no nosso pátio disponível, acreditamos que o espaço possibilita a ampliação deste projeto com vistas a melhorar o ambiente externo disponível as crianças. Porém, acredito importante salientar aqui, que muitas vezes a efetivação destes projetos é complexa porque normalmente a escola não tem muitos recursos financeiros disponíveis que possibilitem a efetivação destes projetos incríveis, os amigos da escola neste processo são imprescindíveis para tirar do papel e pôr em prática essas ações”

Destacamos também como resultados as respostas dos voluntários que reforçaram o sentimento de pertencimento da comunidade, pois este parquinho foi todo construído de forma coletiva desde a doação da madeira, o tempo despendido no serviço de montagem do parque, a disponibilização gratuita das ferramentas, combustível para transporte, combustível para as motosserras, a compra de mudas de árvores e flores, ligações telefônicas e lanches. Em relação a questão sobre se a

nossa cidade tem parques adequados para crianças e adolescentes, brincarem com liberdade em segurança? Dos 7 (sete) voluntários, 5 (cinco) disseram que “faltam espaços públicos de qualidade”, dois (2) voluntários destacaram que “nossa cidade tem boas áreas, mas são carentes de infraestrutura e acessibilidade, que temos muitas potencialidades a explorar para fornecer lazer e entretenimento a população local e visitantes”. Importante ressaltar que entre os voluntários, dois não moram na cidade de São Francisco de Paula, porém tem ligação direta com a comunidade por serem egressos da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

Perguntados se nossas escolas têm parquinhos e parques adequados para os alunos desenvolverem suas habilidades junto a natureza, podendo interagir com os elementos naturais, 5 (cinco) dos voluntários disseram que “não temos parquinhos adequados”; um deles respondeu que acredita que “algum parquinho, mas pode ter mais” e um respondeu que “de maneira geral nossas escolas carecem de investimentos na infraestrutura e que por isso as atividades de ensino têm prejuízos na qualidade”.

Para entender qual o sentimento dos voluntários perguntamos se ao ter participado e ajudado na construção do parquinho da escola sentiu-se pertencente a esta comunidade escolar? As respostas a este questionamento deixam claro o senso de pertencimento dos voluntários que se importam com as pessoas do lugar e valorizam a participação comunitária e isto foi expresso com muita ênfase:

“Satisfação por poder ajudar no projeto. Gratidão por participar e ajudar. Fantástico, acho que tem que ter mais parquinhos como este. Ser voluntário engrandece a alma. Foi muito bom ajudar no projeto comunitário, sentimento de realização. Sentimento de gratidão e pertencimento. Oportunizou compartilhar experiências, de aprender em grupo e trouxe novas ideias. Ótimo, me senti útil”. (V x).

Os voluntários também responderam sobre se este tipo de parquinho com materiais da natureza pode estimular mais as crianças que o parquinho de plástico e metal? Todos foram unânimes em relação ao estímulo positivo do parquinho naturalizado, e podemos destacar algumas respostas que ilustram bem este entendimento:

“Com certeza, as crianças estão interagindo com a natureza. Minha esposa trabalha nesta escola e tem comentado que as crianças e professores estão fazendo uso do espaço, do parquinho naturalizado.”

“Sim, o parquinho naturalizados imitam situações parecidas com as encontradas na natureza.”

“Com certeza que sim. As crianças interagem com a natureza. Criança vê em um toco de madeira, que um adulto não vê. ”

É importante ressaltar que o parquinho naturalizado não invalida outras alternativas como foi destacado por um voluntário que respondeu: *“Acredito que eles se completam. Os parques de plástico e metal são coloridos o que despertam a atenção da criança. No entanto, os parques com materiais da natureza são atrativos na medida em que proporcionam várias aventuras para as crianças”* (V x).

Neste sentido, o pedagogo alemão Udo Lange, criador da ideia dos parques naturalizados, em entrevista ao site UOL (RODRIGUES, 2021) fala que a dificuldade está nos espaços de brincar que estão cada vez mais escassos, além disso as áreas existentes também têm pouca qualidade espacial, com brinquedos que só podem ser usados de uma única maneira. São sempre os mesmos modelos de brinquedo, com atividades e movimentos repetitivos e as crianças não conseguem dar vazão à criatividade e ainda ficam entediadas rapidamente.

Na mesma linha de pensamento, outro voluntário destacou na pesquisa que *“Acredito em tudo que aproxima as crianças da natureza ou do orgânico é de extrema importância, pois possibilita gostar, apreciar, interpretar e se sensibilizar com o ambiente. É uma semente que devemos plantar e cultivar com vistas na preservação e conservação do nosso planeta”*. E outro voluntário completou dizendo que *“Com certeza, um parquinho orgânico é mais estimulante.”*

Para responder aos objetivos específicos desta pesquisa o questionário enviado a professores, cuidadores, equipe diretiva e voluntários também nos permitiu fazer a seguinte análise:

Um primeiro ponto refere a compreender as relações de pertencimento e apropriação do ambiente pela comunidade escolar a partir do conceito de desemparedamento; Neste objetivo específico constata-se a partir desta pesquisa que a comunidade escolar quando estimulada e provocada a refletir sobre a apropriação do ambiente, entende a importância do conceito de desemparedamento e melhora suas relações com a comunidade em geral e servindo de exemplo para que mais pessoas possam participar de atividades que estimulem adultos e crianças a estarem mais tempo ao ar livre se reconectando com a natureza, fora das paredes da escola, casas, apartamento e ambientes fechados.

Como segundo, destacamos identificar direitos das crianças à natureza no currículo escolar e seu papel nas propostas de educação, o papel da educação ambiental. Ao analisar os resultados em relação a este objetivo específico buscamos contextualizar a fala dos cuidadores, professores, diretora e coordenadora pedagógica em relação a estes direitos e observou-se que, embora de diferentes lugares, todos afirmaram que as crianças precisam estar ao ar livre o maior tempo possível, se movimentando, explorando e desafiando-se.

No questionário enviado para a escola foi observado que a *“proposta da escola sobre educação ambiental já vinha sendo trabalhada no processo formativo do educador, indo ao encontro de uma concepção de criança protagonista que aprende na interação com outras crianças, com os adultos e com o ambiente, incentivando a conexão com a natureza.”* (G x).

Esta fala por parte dos educadores está em alinhamento com a BNCC, que trata dos campos de experiência da Educação Infantil, como apresentado nos quadros a seguir (BRASIL, 2018, p. 40-43).

Quadro 6 - Campos de experiência da Educação Infantil

Corpo, gestos e movimentos	-Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade.
Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	– As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais. Desde muito pequenas, elas procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstrem também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as

	pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.)
--	--

Fonte: BNCC (2018).

Para complementar os resultados buscamos identificar outro objetivo específico, que trata dos desdobramentos destes conhecimentos para a formação docente e formulação de programas e políticas de educação ambiental. Ao analisarmos as respostas do questionário da diretora e da coordenadora pedagógica da escola ficou evidente que o *“parquinho naturalizado efetivou a ideia que já vinha sendo trabalhada pelos docentes”, pois [...] “Estamos em um processo contínuo de melhorias e ressignificação tanto dos espaços como de nossos aprendizados e o parquinho naturalizado encaixou-se perfeitamente neste processo”*.

Observamos que embora a escola trabalhe os campos de experiência da educação infantil da BNCC, ainda não existe uma formação docente específica para implantação de programas e políticas de educação ambiental. A escola segue o Documento Orientador do Território do Município de São Francisco de Paula que no tópico Educação Ambiental diz: “O território da educação escolar de São Francisco de Paula é permeado pelas potencialidades singulares que sua geografia apresenta. A educação ambiental, na parte diversificada do currículo, por meio de uma abordagem multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar fundamentada na experiência e na participação, oferece condições de espacialidade e de temporalidade para o estudante conhecer o espaço natural; cria oportunidades para a conscientização de que os elementos naturais são finitos e interdependentes com a vida humana. Assim, espera-se que os estudantes aprendam a cuidar do lugar onde vivem (RIO GRANDE DO SUL, 2020, p. 22).

Isto nos lembra que para falar do lugar vivido e experienciado é que a Educação Ambiental se torna uma ferramenta essencial para superar as dificuldades da nossa sociedade e desenvolver o respeito e o comprometimento com mudanças comportamentais concretas capazes de envolver toda a comunidade em favor de um ambiente ecologicamente equilibrado. Medina esclarece que:

A Educação Ambiental é um instrumento imprescindível para a consolidação dos novos modelos de desenvolvimento sustentável, com justiça social, visando à melhoria da qualidade de vida das populações

envolvidas em seus aspectos formais e não formais, como processo participativo através do qual o indivíduo e a comunidade constroem novos valores sociais e éticos adquirem conhecimentos, atitudes, competências e habilidades voltadas para o cumprimento do direito a um ambiente ecologicamente equilibrado em prol do bem comum das gerações presentes e futuras. (MEDINA, 2002, p.22).

Nesta perspectiva citada por Medina (1999) a Educação Ambiental é um processo onde o indivíduo e a coletividade podem construir valores sociais, somando conhecimentos, mudando atitudes, usando suas habilidades, demonstrando interesse e competências voltados para a conservação do meio ambiente e o bem-estar da comunidade onde estão inseridos.

O reconhecimento de que a Educação Ambiental tem um importante papel de promover a percepção necessária de influência mútua do ser com o meio ambiente. Porém, esse ramo da educação não pode ficar limitado, apenas, ao âmbito escolar, mas deve vincular às populações dos bairros, das comunidades no objetivo de somar esforços na busca de uma consciência social e ecológica, todos os envolvidos neste trabalho, doaram seu tempo, seu conhecimento, presença corporal e envolvendo-se emocionalmente com a escola e a comunidade local.

Desta forma os resultados e discussões sobre a implementação do Parquinho Naturalizado abrem um espaço amplo de reflexão e aprendizado que estão em consonância com os objetivos da Rede Araucárias de Educação Ambiental: A Rede Araucárias tem como objetivo conhecer como as políticas irradiadas pela Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA (BRASIL, 1999) se apresentam nas Diretrizes Curriculares atuais (BNCC e RCG) dos Sistemas Municipais de Educação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de Conclusão de Curso buscou ampliar e aprofundar uma discussão sobre como a educação ambiental para inseri-la de forma transversal no currículo utilizando uma ferramenta pedagógica que fosse simples de ser utilizada e entendida por todos os envolvidos no processo educacional, e ao mesmo tempo jogasse luz sobre o currículo, para auxiliar no processo educativo e formativo dos docentes, com vistas ao cumprimento das Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental.

A pesquisa-ação realizada no contexto de uma escola de Educação Infantil de São Francisco de Paula propôs como ferramenta pedagógica um Parquinho Naturalizado, pensado e construído de forma coletiva com o intuito de despertar o movimento de desaparelamento e também chamar a atenção para o senso de pertencimento da comunidade escolar aos espaços ao ar livre.

Conforme verificado durante todo o processo de construção e confirmado na fase de avaliação, o Parquinho Naturalizado ressignificou o pátio da escola gerando reflexões sobre a necessidade de entender a educação ambiental como parte fundamental da educação geral. Ao levar as crianças para um espaço com brinquedos construídos a partir de elementos da natureza, facilitou-se o processo de conexão homem-natureza. “Especialmente na educação infantil, os espaços são limitantes, com cimento, grama sintética, brita ou asfalto. Na maior parte do tempo as crianças estão presas em casa ou na escola, apenas olhando a vida passar pela janela” (TIRIBA, 2010). Neste sentido o Parquinho Naturalizado é uma alternativa para levar as crianças para um espaço que remeta a espaços mais naturais como antídoto ao que (LOUV, 2018) chamou de déficit de natureza, que para (SOBEL, 1996) remete a um conceito de Ecofobia.

Os resultados obtidos através da análise de dados por meio de planilhamento, demonstrou de forma assertiva o interesse de todos os envolvidos no processo da pesquisa-ação quanto a possibilidade de ampliação da proposta para outros espaços escolares e públicos, como praças e parques de lazer de nossa cidade. O projeto implantado na escola é apenas um “piloto”, mas que poderá ser micro ou macro e agregar outros materiais da natureza que estejam disponíveis no entorno. Vale ressaltar que em nossa região a abundância de madeira de reflorestamento, além muitas sobras das indústrias madeireiras, sendo ótima matéria prima de baixo

custo, além de ser um estímulo a reutilização e reciclagem de materiais que comumente são descartados como resíduo.

O Parque Naturalizado por si só não é um programa de Educação Ambiental, é preciso que os educadores, signifiquem e qualifiquem o espaço para que aconteça aprendizagens significativas. Ele é uma ferramenta de mediação que ao mesmo tempo em que reconecta as crianças, os docentes, a comunidade e a natureza, em um movimento que transpõe as paredes escolares, demonstra que o cotidiano da escola é o lugar onde a política pública se realiza.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Antonia Cecília Z.; RIBEIRO, C. C. C.; MANSUR, Maria Cristina Dreher; DOS SANTOS, Sonia Barbosa; AVELAR, Wagner Eustáquio de Paiva; MATTEWS-CASCON, Helena; LEITE, Fosca Pedini Pereira; DE MELO, Gustavo Augusto Schimidt; COELHO, Petronio Alves; BUCKUP, Georgina Bond; BUCKUP, Ludwig; VENTURA, Carlos Renato Rezende; TIAGO, Cláudio Gonçalves. **Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção**. A Situação de Ameaça dos Invertebrados Aquáticos no Brasil. ed. 1. Brasil: Ministério do Meio Ambiente - MMA, vol. 1, 2008.

BLAUTH, Guilherme; BARROS, Maria Isabel Amando. **Parques naturalizados (livro eletrônico)**: como criar e cuidar de paisagens naturais para o brincar. São Paulo: Instituto Alana, 2022. Disponível em: <https://criancaenatureza.org.br/wp-content/uploads/2022/04/Livro_Parques_Naturalizados.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf> Acesso em: 20 mar. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 20 mar. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe especificamente sobre a Educação Ambiental (EA) [...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 20 mar. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Diário Oficial da União, Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> Acesso em: 15 de jun. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 24 mar.2022.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 18 mar. 2022.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, 18 jun. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 8 nov. 2021.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 369 de 28 de março de 2006.** Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente - APP. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 mar 2006. Disponível em: <<http://conama.mma.gov.br/>> Acesso em: 23 mar. 2022.

BRITANNICA DIGITAL LEARNING. **Parque Nacional.** Enciclopédia Britânica Digital, 2022. Disponível em: <<https://escola.britannica.com.br/artigo/parque-nacional/574493>>. Acesso em: 23 mar. 2022.

CRIANÇA E NATUREZA. **Parques Naturalizados:** paisagens para o brincar. Criança e Natureza, Alana, 2021. Disponível em: <https://criancaenatureza.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Parques_Naturalizados_Crianc%CC%A7a_e_Natureza-acess%C3%ADvel.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2022.

GILL, Tim. **Sem medo, crescendo em uma Sociedade avessa ao risco.** Londres: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. Disponível em: <https://www.onlinedoctranslator.com/pt/?utm_source=onlinedoctranslator&utm_medium=pdf&utm_campaign=attribution>. Acesso em: 18 nov. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados.** Brasil: IBGE, 2021.

KRAFT, S. C.; GOMES, G.F.M. **Análise da tipologia dos parques.** Ourinhos: Faculdades Integradas de Ourinhos, 2017. Disponível em: <http://www.cic.fio.edu.br/anaisCIC/anais2017/pdf/03_33.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2022.

KUHNEN, A.; LUZ, G. M. **O Uso dos Espaços Urbanos pelas Crianças:** Explorando o Comportamento do Brincar em Praças Públicas. Florianópolis: UFSC, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/prc/a/BXgFzng5YT59BBk9jHCQvWn/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 11 jan. 2022.

LOUV, Richard. **A última Criança na Natureza:** resgatando nossas crianças do transtorno do déficit de natureza. 1.ed. 2. reimpr. São Paulo: Aquariana, 2018.

LOUV, Richard. **Ar Livre para Todos.** Criança e Natureza, maio/junho 2019. Disponível em: <<https://criancaenatureza.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Artigo-R.-Louv.docx.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

MEDINA, Naná Mininni. **Formação de multiplicadores para educação ambiental.** O contrato social da ciência, unindo saberes em educação ambiental. Petrópolis: Vozes, 2002. Disponível em: <<http://www.luzimarteixeira.com.br/wp->

content/uploads/2011/04/multiplicadores-para-educacao-ambiental.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2022.

MORICONI, Lucimara Valdambri. **Pertencimento e Identidade**. Campinas: Unicamp, 2014. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000944186>>. Acesso em: 21 mar. 2022.

NOGUEIRA, Pedro. **Tim Gill: Crianças no espaço público são grandes ativadoras de comunidades**. Educação e Território, 2016. Disponível em: <<https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/tim-gill-criancas-no-espaco-publico-sao-grandes-ativadores-de-comunidades/>>. Acesso em: 10 out.. 2021.

POWELL, Baden. **Escotismo parra Rapazes**. Curitiba: União dos Escoteiros do Brasil, Ed. Fraternidade Mundial, 2011.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 19, n. 1, p. 25–35, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/>>. Acesso em: 13 abr. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação do Estado. **Resolução CME Nº 003/2020 - Documento Orientador do Currículo para o Território Municipal de São Francisco de Paula**. Porto Alegre: Seduc, 2020.

RODRIGUES, Meghie. **Parques naturalizados buscam resgatar o contato entre infância e natureza**. São Paulo: Ecoa, 2017. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/04/17/parques-naturalizados-buscam-resgatar-o-contato-entre-infancia-e-natureza.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

SAKATA, F. G. **Parques Urbanos no Brasil - 2000 a 2017**. São Paulo: USP, 2018. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-20092018-143928/pt-br.php?msckid=4ec245ebaaff11ec8f3d5e3a12b97c1b>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

SILVA, Amanda Maria Soares. Sentimentos de pertencimento e identidade no ambiente escolar. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 8, n. 16, p. 130-141, jul./dez., 2018.

SOBEL, David. **Além da ecofobia: resgatando o coração na educação da natureza**. Great Barrington, MA: Orion Society, 2013. Disponível em: <<https://stringfixer.com/pt/Ecophobia>>. Acesso em: 27 abr. 2022.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Manual de Orientação Benefícios da Natureza no Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes**. 2019. Disponível em: <<https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/pediatras-lancam-manual-sobre-os-beneficios-da-natureza-no-desenvolvimento-de-criancas-e-adolescentes/>>. Acesso em: 17 jan. 2022.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1986.

TIRIBA, Leia. Crianças da natureza. In: SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO, 1, 2010. **Anais...** Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-%20pdf/7161-2-9-artigo-mec-criancas-natureza-lea-tiriba/file>>. Acesso em: 5 nov. 2021.

TIRIBA, Léia. **Desemparedamento da Infância**: escola como lugar de encontro com a natureza. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018. Disponível em: <<https://criancaenatureza.org.br>>. Acesso em: 5 nov. 2021.

TIRIBA, Léia. **Educação Ambiental**: Infâncias, livre brincar, desemparedamento, decolonialidade. Live Uergs, Youtube Canal Rede Araucárias, jul. 2021.

TIRIBA, Leia. **Educação infantil como direito e alegria**: em busca de pedagogias ecológicas, populares e libertárias. 1.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

UEB - UNIÃO DOS ESCOTEROS DO BRASIL. **Projeto Educativo**. Curitiba: UEB, 2021. Disponível em: <https://escoteiros.org.br/wp-content/uploads/2021/09/ProjetoEducativo_2021.pdf> Acesso em: 19 jan. 2022.

UNICEF. **Convenção sobre o Direito das Crianças**. Brasil: UNICEF, 1990. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/cdc-versao-crianca>> Acesso em: 15 dez. 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Seu município/escola está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), do Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia “O USO DOS PARQUES NATURALIZADOS COMO INSTRUMENTO E MEDIAÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL”. (a) pesquisador(a) responsável por essa pesquisa é Jussara Irassocho Padilha, que pode ser contatada no telefone (54) 999 255021 e e-mail jussara-padilha@uergs.edu.br ou ju306padilha@hotmail.com.

Esta pesquisa tem como área de estudo o contexto que envolve o projeto de “Educação Ambiental em Formação: Atores e práticas da Araucárias - Rede de Educação Ambiental a partir dos campos de Cima da Serra e Hortênsias/RS”, cuja proposta tem como objetivo reunir o tripé o ensino-pesquisa- extensão através da experimentação, na modalidade pesquisa-formação curricular, desenvolvida em rede de educação ambiental dos municípios de Cambará do Sul, Canela, Gramado, Novo Hamburgo, Parobé, São Francisco de Paula, Taquara e São Leopoldo.

Será realizada uma pesquisa exploratória, agregando-se pesquisa participante (a definir pelos convidados) no período de outubro a dezembro do corrente ano, tendo como objetivo identificar como se dão as relações de pertencimento e apropriação ao ambiente pela utilização dos Parques Naturalizados nas comunidades escolares dos municípios integrantes da Rede Araucárias, acima citada.

A justificativa é que, existe uma necessidade urgente de entender a Educação Ambiental como um processo necessário a todos os grupos sociais de diversas faixas etárias, para, em movimentos de reconecção homem e natureza, buscar o entendimento de que a sustentabilidade do planeta depende de todos. As experiências por mim vivenciadas por sete (7) anos de atividades no Movimento Escoteiro como Chefe Escotista no Ramo Lobinhos (seis a dez anos), reforçam meu interesse em demonstrar neste estudo que o “método aprender fazendo, educando pela ação valoriza o aprendizado pela prática, o treinamento para a autonomia, baseado na confiança e iniciativas, reforçando os hábitos de observação, indução e dedução” (UEB, 2012). Esta vivência no escotismo me permite reconhecer que a vida ao ar livre, em contato com a natureza facilita a socialização e a integração com

a comunidade. “A ideia central é brincar na natureza e com a natureza” (TIRIBA, 2021).

Como justificativa acadêmica e social tem-se pesquisar ferramentas pedagógicas que possam facilitar este brincar com a natureza e educar ambientalmente, para isso, utilizando a ideia dos Parques Naturalizados, por que nem sempre nossas crianças e comunidades têm acesso a espaços públicos naturais. O conceito de Parques Naturalizados implica numa opção de espaços de baixo custo de implantação, onde brinquedos e instalações são desenvolvidos preferencialmente a partir de elementos naturais, com árvores, arbustos, pedras, água, galhos, gravetos e terra, e buscam encorajar experiências sensoriais, motoras ricas e estimulantes. A coleta dos dados será feita através de entrevistas semi estruturadas por meio de formulários do google forms e observação participante (com diário de campo), onde for possível por força das restrições causadas pela pandemia/Covid-19, junto aos sistemas municipais/escolas integrantes da REDE Araucárias de Educação Ambiental. Para tanto, solicitamos a sua autorização para usar suas informações na produção de artigos técnicos e científicos, aos quais você poderá ter acesso, assim como autorização para o uso de imagens (não identificadas), desde que para fins educativos e de pesquisa.

() Permito a identificação e uso de imagem nos resultados publicados da pesquisa;

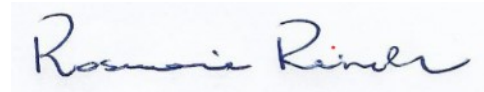
() Não permito a identificação e uso de imagem nos resultados publicados da pesquisa. (O participante tem plena liberdade para não aceitar).

Todos os registros da pesquisa estarão sob a guarda do pesquisador, em lugar seguro de violação, pelo período mínimo de 05 (cinco) anos, após esse prazo serão destruídos. Este termo de consentimento livre e esclarecido possui 02 (duas) páginas e é feito em 02 (duas) vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o participante da pesquisa. Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UERGS (CEP-UERGS). Comitê de Ética em Pesquisa da UERGS – CEP-UERGS – Av. Bento Gonçalves, 8855, Bairro Agronomia, Porto Alegre/RS – CEP: 91540-000; Fone/Fax: (51) 3318-5148 - E-mail: cep@uergs.rs.gov.br.

Antecipadamente agradecemos seu apoio

São Francisco de Paula, 19/10/2021

Nome do participante Assinatura do participante da pesquisa/responsável legal



Jussara Irassoquio Padilha

Nome e Assinatura do pesquisador(a)

Profa. Dra. Rosmarie Reinehr

Nome e assinatura do Prof. Orientador

rosmarie-reinehr@ueggs.edu.br

**APÊNDICE B - CONCEITO DE PARQUES NATURALIZADOS E PLAGROUNDS
NATURALIZADOS**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE HORTÊNSIAS**

**CONCEITO DE PARQUES NATURALIZADOS E
PLAGROUNDS NATURALIZADOS**

JUSSARA IRASSOCHIO PADILHA

SÃO FRANCISCO DE PAULA

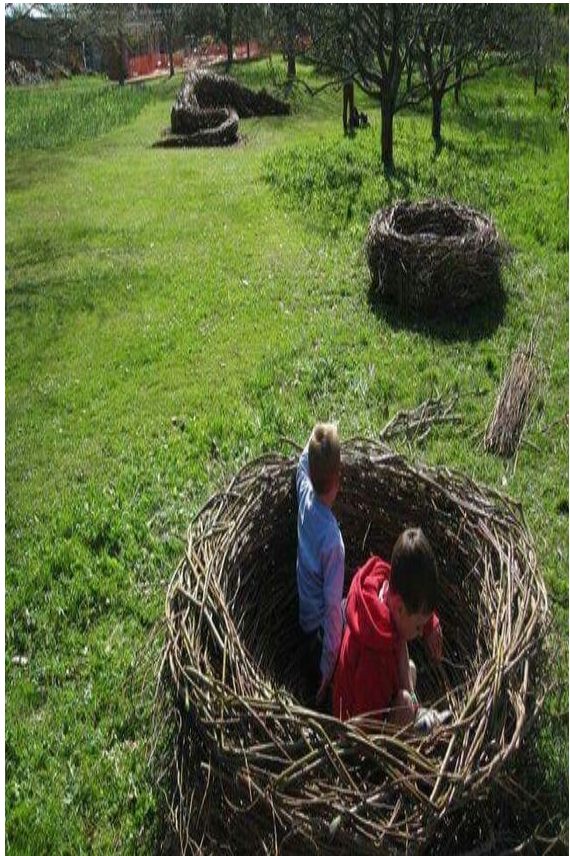
2021

O que são parques naturalizados?

São espaços ao ar livre desenvolvidos a partir de elementos naturais, como árvores, arbustos, pedras, água, galhos, gravetos e terra, **e buscam encorajar experiências sensoriais e motoras ricas e estimulantes e pode ser criado a partir de paisagismo e design usando elementos naturais.** A diversidade de formas encontradas em galhos, plantas e relevos é parte das possibilidades de movimento e brincadeiras das crianças, que incentivam o brincar livre, a convivência, o vínculo com o espaço público, com a natureza e o prazer de estar à céu aberto. Elementos plásticos ou emborrachados devem ser evitados porque propiciam menos possibilidades de criação e ativação dos sentidos.

Esses espaços não seguem um modelo padronizado e devem ser criados coletivamente, ouvindo as pessoas que irão utilizá-los. Idealmente, o projeto interage com a topografia, os ecossistemas originais e os recursos naturais disponíveis no território, e pode ser criado a partir de paisagismo e design usando elementos naturais. A diversidade de formas encontradas em galhos, plantas e relevos é parte das possibilidades de movimento e brincadeiras das crianças.







CRIANÇA E NATUREZA. Parques Naturalizados: paisagens para o brincar.

Criança e Natureza, Alana, 2021. Disponível em:

<[https://criancaenatureza.org.br/wp-content/uploads/2021/02/](https://criancaenatureza.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Parques_Naturalizados_Crianc%CC%A7a_e_Natureza-acess%C3%ADvel.pdf)

[Parques_Naturalizados_Crianc%CC%A7a_e_Natureza-acess%C3%ADvel.pdf](https://criancaenatureza.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Parques_Naturalizados_Crianc%CC%A7a_e_Natureza-acess%C3%ADvel.pdf)>.

Acesso em: 23 mar. 2022.

PINTEREST. Parques naturalizados. Disponível em:

<<https://br.pinterest.com/beatriznca/parques-naturalizados/>>.

O que são playgrounds naturalizados?

Playground é um espaço de recreio ativo e passivo que é uma zona de lazer, de jogos e brincadeira normalmente ao ar livre, amplamente utilizado por crianças e adolescentes até aos 16 anos de idade. Os playgrounds naturais, usam como matéria prima a madeira, troncos, areia, folhas, flores, água, pedras e outros elementos que os recursos naturais possam dispor. Mas também abre possibilidade de se criarem espaços de lazer e jogos exteriores compatíveis com crianças e adolescentes com mais de 10 anos. Quando se fazem referências ao público infanto-juvenil, incluem-se as idades compreendidas entre os 6 a 16 anos.





MARÇAL, M.I.V. **Naturalização dos playgrounds em ambiente mediterrânico:** proposta de playground natural na zona norte do Parque da Bela Vista. Lisboa: ISA, 2019, 119 p.

GOOGLE. **Playground naturalizados em escolas.** Disponível em: https://www.google.com/search?q=playground+naturalizados+em+escolas&tbm=isch&ved=2ahUKEwj0tbubv-vyAhWEmJUCHaahC4gQ2-cCegQIABAA&oq=playground+naturalizados+em+escolas&gs_lcp=CgNpbWcQDFCavgFYq9UBYI_rAWgAcAB4AIABpwKIAeoPkgEGMC4xMC4xmAEAoAEBqgELZ3dzLXdpei1pbWfAAQE&sclient=img&ei=LqM2YfTmCISx1sQPpsOuwAg&bih=673&biw=1498.

APÊNDICE C – AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

São Francisco de Paula, 17 de novembro de 2021.

Prezada Professora Linara Brocker,
Coordenadora da Educação Infantil no Município de São Francisco de Paula/RS

Apresentamos a aluna Jussara Irassocho Padilha, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Unidade Hortênsias – São Francisco de Paula, Curso de Pedagogia, e solicitamos autorização para que a acadêmica possa realizar atividade/pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso na Escola Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora do Rosário.

Título do projeto: “O uso dos parques Naturalizados Como instrumento e Mediação de Educação Ambiental na Escola”. O trabalho a ser desenvolvido no TCC consiste na criação de uma pracinha no espaço da escola, utilizando matéria-prima de elementos naturais, tais como madeira, troncos, areia, folhas, flores, água, etc. A atividade conta com a colaboração de egressos da Universidade e pessoas da comunidade local, como pais de alunos.

Orientadora: Profa. Dra. Rosmarie Reinehr.

Agradecemos a atenção e disponibilidade.

Atenciosamente,

Profa. Dra. Denise Madeira de Castro e Silva
Coordenadora do Curso

Lei de Criação nº 11.646, de 10 de
julho de 2001 Parecer CEED de
Autorização nº 1.150/2002

São Francisco de Paula, 26 de novembro de 2021.

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE IMAGEM

Eu, _____, autorizo
_____, para
utilização de material de registro fotográfico e de filmagem, em atividade desenvolvida pela aluna Jussara Irassocho Padilha, do Curso de Pedagogia - Licenciatura, da UERGS – São Francisco de Paula, da disciplina Trabalho de Conclusão II, orientada pela professora Rosmarie Reinehr, no semestre 2021/2, ocorrendo no dia _/_/_.

Descrição da atividade:

Título do projeto: “O uso dos parques Naturalizados Como instrumento e Mediação de Educação Ambiental na Escola”. O trabalho a ser desenvolvido no TCC consiste na criação de uma pracinha no espaço da escola, utilizando matéria-prima de elementos naturais, tais como madeira, troncos, areia, folhas, flores, água, etc. A atividade conta com a colaboração de egressos da Universidade e pessoas da comunidade local, como pais de alunos.

Atenciosamente,

Assinatura do pai ou responsável: _____

CPF ou RG do pai ou responsável: _____

Carta com autorização da Professora Linara Brocker,
Coordenadora da Educação Infantil no Município de São Francisco de
Paula/RS

APÊNDICE E - QUESTIONÁRIOS



Questionário para Diretora e professores.

Este questionário faz parte do trabalho de conclusão de curso, LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA UERGS- UNIDADE HORTENSÍAS DE SÃO FRANCISCO DE PAULA.

Acadêmica: Jussara Irassocho Padilha

Orientadora: Prof. Dra. Rosemarie Reinehr

Estou convidando você que fez parte do projeto, para responder este questionário que fará parte da avaliação dos resultados e discussões do trabalho que tem como título:

O USO DOS PARQUES NATURALIZADOS COMO INSTRUMENTO E MEDIAÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Nome:

Cargo ou função:

1-Você já teve contato com parques naturalizados Você já conhecia este conceito ?.

2- Desemparedamento das crianças na escola. Qual o significado destas palavras pra você?

3-Você acredita que o tempo em que as crianças ficam no pátio ou pracinha brincando ao ar livre é o suficiente ou deveria ter mais tempo para as brincadeiras ao ar livre?

4- Você acredita que o Parquinho Naturalizado pode ser uma ferramenta que pode contribuir para o desemparedamento das crianças?

5- Após a construção do Parquinho Naturalizado, e observar as crianças brincando neste espaço, você percebeu a necessidade, e interesse de ampliar este projeto como instrumento para a Educação Ambiental?

6-Quais são os impactos do parquinho naturalizado, na dinâmica da escola e dos processos curriculares?



Este questionário faz parte do trabalho de conclusão de curso em LICENCIATURA DE PEDAGOGIA DA UERGS- UNIDADE HORTENSÍAS DE SÃO FRANCISCO DE PAULA.

ACADÊMICA: Jussara Irassocho Padilha,

ORIENTADORA: Prof. Dra. Rosmarie Reinehr.

QUESTIONÁRIO PARA OS VOLUNTÁRIOS DO PROJETO.

Estamos convidando você que fez parte do projeto como voluntário para responder este questionário que fará parte da avaliação dos resultados e discussões do trabalho que tem como título:

O USO DOS PARQUES NATURALIZADOS COMO INSTRUMENTO E MEDIAÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

Nome:

1-Você acha que nossa cidade tem parques adequados para crianças e adolescentes, brincarem com liberdade em segurança?

2-Você acha que nossas escolas tem parquinhos e parques adequados para os alunos desenvolverem suas habilidades junto a natureza, podendo interagir com os elementos naturais?

3-Qual o sentimento de ter participado e ajudado na construção do parquinho da escola? Você sentiu pertencente a esta comunidade?

4- Você acha que este tipo de parquinho com materiais da natureza estimula mais as crianças que o parquinho de plástico e metal?